

MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS



Presidente da República do Brasil

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Macêdo

Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Secretário Nacional de Participação Social

Renato Simões

Secretário Adjunto

Valmor Schiochet

Diretor de Educação Popular

Pedro de Carvalho Pontual

Coordenadora Geral de Educação Popular

Iara Duarte Lins

Coordenador Geral de Projetos

Thiago Fernando dos Santos Teixeira

Equipe da Diretoria de Educação Popular (DEP)

Adriana Sacramento de Oliveira

Clóvis Henrique Leite de Souza

Gabriel Humberto Muñoz Palafox

Luciana Sacramento Santos

Maria do Carmo Alves Albuquerque

Tereza Cristina Monteiro Cardoso do Nascimento

MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO:

Produção do texto: Esta publicação é resultado de um amplo processo de debates, diálogos e reflexões realizadas em diferentes espaços no período de 2024 e 2025, com a participação de diferentes atores, especialmente educadores populares que participaram de Seminários nas cinco regiões do país e gestores públicos que se reuniram no Fórum de Práticas Educativas e Territoriais para as Políticas Públicas, sob a coordenação da Diretoria de Educação Popular, a qual compilou o texto final. Muitos destes atores contribuíram também nas revisões finais.

Organização da Publicação

Diretoria de Educação Popular/SNPS/SG-PR

Projeto gráfico e diagramação

Pedro Jardim

Este livro está licenciado sob a Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Você pode copiar, distribuir, adaptar e construir a partir deste material, desde que atribua o crédito apropriado e não o utilize para fins comerciais.

creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0





SUMÁRIO

Apresentação

6

Introdução

8

1. O contexto histórico

11

1.1. Em qual contexto histórico este Marco se insere?

12

1.2. Qual é o histórico da Educação Popular na América Latina?

13

2. A Educação Popular nas Políticas Públicas

19

2.1. Educação Popular e Participação Social

20

2.2. Educação Popular e Saúde

23

2.3. Educação Popular e Educação Pública

24

2.4. Educação Popular e Economia Solidária

25

2.5. Educação Popular e Direitos Humanos.

26

2.6. Educação Popular e diversidades étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+, Pessoas com Deficiência

27

2.7. Educação Popular e Educação Ambiental

28

2.8. Educação Popular e Cultura

29

2.9. A Territorialização das Políticas Públicas com Educação Popular

30

3. Fundamentos político-pedagógicos da Educação Popular

35

3.1. Fundamentos ético-políticos

36

3.2. Fundamentos pedagógicos

37

4. Diretrizes metodológicas

41

4.1. Campos de práticas da educação popular e suas diretrizes metodológicas

42

4.2. Conectar práticas em percursos metodológicos

58

4.3. Metodologia da práxis: organizar, implementar e avaliar percursos metodológicos

59

4.4. Como planejar e avaliar percursos metodológicos na Educação Popular?

61

Desafios atuais

65

Bibliografia

67



A Paulo Freire, inspirador de práticas educativas de participação social, Patrono da Educação Brasileira (Lei 12.612/12).

Foi o Governo de Transição, ainda em 2022, que estabeleceu a reorganização da Secretaria-Geral da Presidência da República para ser, no centro do governo, o Ministério que promove o diálogo com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e a participação social, elementos indispensáveis ao fortalecimento da democracia participativa e defesa da democracia representativa.

Ao aprovar a criação da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS) na Secretaria-Geral, quis o Presidente Lula fomentar como método de governo a participação social em todos os níveis de sua gestão. Estabeleceu por decretos a retomada dos Conselhos e Colegiados Nacionais nas Políticas Públicas do Governo Federal, criou o Conselho de Participação Social da Presidência da República e o sistema interministerial de Assessorias de Participação Social e Diversidade em todos os gabinetes de seus Ministros e Ministras. Foram retomadas as Conferências, os Fóruns Interconselhos, o PPA (Plano Plurianual) Participativo, a participação social por meios digitais com a Plataforma Brasil Participativo e os processos de escuta e diálogo em cada política pública.

O fortalecimento da democracia e de seus valores foi um dos objetivos que levou o Governo Federal a prever, nas ações e na estrutura da Secretaria Nacional de Participação Social, uma Diretoria de Educação Popular (DEP) voltada para os processos formativos nas instâncias e mecanismos de participação social. Essa associação umbilical entre participação social e educação popular foi acolhida na estrutura de nosso Ministério (Lei 14.600/23 e Decreto 11.363/23) e no Plano Plurianual 2024-2027 (Lei 14.802/24).

Foram marcos do processo de reconstrução das políticas públicas do governo federal, em 2023 e 2024, a organização de encontros regionais e redes de educação popular por organizações da sociedade civil, universidades e órgãos de governo, com a parti-

cipação mais de 300 lideranças de todo o país, e a criação do Fórum de Práticas Educativas e Territoriais nas Políticas Públicas, congregando gestoras e gestores de vários ministérios que adotam a educação popular como inspiradora de suas práticas participativas. Ao longo de 2024, o tema foi retomado em dois Grupos Técnicos de Trabalho Interministerial, voltados para o aprimoramento de conselhos e conferências e para a definição de uma política de participação social com educação popular nos territórios. A consolidação desses avanços foi consignada em um conjunto de Portarias SG-PR do Ministro Márcio Macedo, entre elas a 188/24, que institui os Fóruns de Participação Social nos Estados e no Distrito Federal, e a 192/25, que institui o Programa de Articulação da Participação Social nos Estados, Distrito Federal e nos Territórios. Outro passo significativo foi a edição da Portaria Interministerial MEC/SG-PR 192/25, que aprova o documento de referência “Extensão em Participação Social”.

Apresentamos agora esse novo produto do debate conduzido pela Diretoria de Educação Popular da Secretaria Nacional de Participação Social sobre a atualização do importante documento “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas”, produzido no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República em 2014 e submetido a um extenso e profícuo diálogo com educadoras e educadores populares, pesquisadoras e pesquisadores, organizações da sociedade civil e gestoras e gestores de práticas educativas de participação social nas políticas públicas do governo federal nestes anos de 2024 e 2025.

O documento que lançamos agora pretende ser um instrumento para levar a contribuição da educação popular para a democratização das políticas públicas, para o fortalecimento dos processos de participação social e da democracia participativa. Sua edição e lançamento constituem uma síntese dos debates até aqui e esperamos que sua utilização multiplique as contribuições no sentido de que a educação popular esteja sempre buscando responder às exigências do nosso tempo histórico na direção da construção de uma sociedade economicamente igualitária, socialmente justa, ambientalmente sustentável, promotora dos direitos humanos e radicalmente democrática.

Brasília, julho de 2025

Renato Simões - Secretário Nacional de Participação Social

Pedro de Carvalho Pontual - Diretor de Educação Popular

Equipe da DEP



INTRODUÇÃO

A educação popular é, ao mesmo tempo, uma concepção filosófica, ética, política e pedagógica, além de um conjunto de metodologias educacionais participativas. Ela promove a articulação de diferentes saberes e práticas, enraizados na diversidade cultural e nos direitos humanos. Seu surgimento está diretamente ligado ao protagonismo das classes populares na luta por transformações sociais, políticas e econômicas.

Construída no contexto das lutas sociais latino-americanas, a educação popular consolidou-se ao longo das últimas décadas como um espaço de formação cidadã. Sua prática fortalece valores democráticos como a soberania popular e o exercício ativo da cidadania.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação popular tem sido incorporada em diferentes esferas da administração pública. Nos âmbitos municipal, estadual e federal, ela passou a orientar processos formativos e metodológicos voltados à organização da sociedade civil, ampliando sua participação nos mais diversos espaços de deliberação e controle social. Essa institucionalização permitiu que práticas educativas voltadas à emancipação e à transformação social fossem implementadas em políticas públicas de diferentes áreas, como saúde, cultura, meio ambiente e economia solidária, entre outras.

O presente documento revisa e atualiza o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, publicado em 2014, reafirmando seu compromisso com a democracia participativa e a inclusão social. Esta versão atualizada foi construída de forma coletiva, com a participação de mais de 300 educadoras (es) populares, representantes da sociedade civil e gestoras (es) públicas (os) e incorpora a reflexão sobre os principais desafios que foram apontados por este amplo arco de colaborações.

Dentre esses desafios se destacam:

★ **Visibilizar uma diversidade maior**

O desafio apontado foi o reconhecimento e valorização de uma gama maior de diversidades que clamam ser visibilizadas e incluídas nos processos educativos e políticos. A partir das experiências da educação popular feminista, antirracista e ambiental, nascem demandas de visibilidade mais específica para grupos historicamente marginalizados, incluindo ainda povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, populações LGBTQIA+, encarceradas, territórios amazônicos e periféricos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, entre outros.

★ **Promover o diálogo face à polarização política e desinformação midiática**

O crescimento de posições políticas, religiosas, geracionais e culturais extremas, muitas vezes reforçadas pela disseminação da desinformação através de mídias digitais, surge como dilema que tem reduzido a capacidade de escuta e a construção de consensos. Esse cenário representa um obstáculo significativo para a Educação Popular, que tem no diálogo e na reflexão crítica suas bases metodológicas.

Sem esgotar a reflexão sobre desafios e dilemas para os quais ainda não temos respostas suficientes, o objetivo deste documento é oferecer um instrumento atualizado e acessível para educadoras (es), gestoras (es) e agentes sociais que atuam na formulação, implementação e controle social das políticas públicas.

Boa leitura!







CAPÍTULO 1

O contexto histórico

1.1. Em qual contexto histórico este Marco se insere?

Desde as lutas contra a ditadura militar (1964-1985), o Brasil vivenciou um longo processo de fortalecimento da participação social. Movimentos sociais e sindicais ganharam força, influenciando a construção da Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã". Essa Lei fundamental ampliou direitos sociais, civis e políticos, garantindo o direito à participação popular nos processos de decisão governamental.

Vários artigos da Constituição indicam a participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, desde seu artigo 1º, que indica que o poder popular pode ser exercido diretamente, nos marcos da Constituição, explicitando formas de participação nas áreas da Seguridade Social (art. 193), da Saúde (art. 198), da Assistência Social (art. 204), do Meio Ambiente (art. 225). Esta base deu origem a leis que instituíram sistemas participativos de gestão pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, como o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Além dessas, outras áreas como educação, cultura e meio ambiente também incorporaram a participação.

Nos anos 1990, a participação social foi institucionalizada nos âmbitos municipal, estadual e nacional, com a criação e o fortalecimento de conferências e conselhos de políticas públicas, além de ouvidorias e orçamentos participativos. Entre 2000 e 2015, essas estruturas foram ampliadas, descentralizando decisões e promovendo maior articulação entre governo e sociedade. Consolidou-se assim a participação social como um dos eixos da gestão pública, contribuindo para processos mais transparentes, inclusivos e democráticos.

Nesse contexto, foram formuladas diretrizes para consolidar a conexão entre educação e participação social, resultando na construção de referenciais voltados à Educação Popular, como o **Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Públicas** e a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Entretanto, em 2016 houve no Brasil uma ruptura institucional, quando forças políticas contrárias à democracia participativa assumiram o poder no governo federal. Um processo intencional de desmonte da participação social se consolidou no Decreto 9.759/2019 (revogado pelo Decreto 11.371/2023), que resultou na extinção e limitação de colegiados, na inexistência de conferências nacionais e na ausência da participação social na elaboração e monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual).

Apesar das dimensões dessa desconstrução, muitos conselhos, movimentos e organizações sociais mantiveram iniciativas voltadas à participação social, à mobilização e à formação cidadã. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, se inicia um processo de reconstrução de um Estado de garantia de direitos.

O Gabinete de Transição Governamental, em seu Relatório Final (Brasil do Futuro, 2022), apresentou um balanço da destruição e propostas de redefinições para a participação social. Foram criados o Conselho de Participação Social (CPS), as Assessorias de Participação Social e Diversidade (ASPD) nos Ministérios do governo federal (Decretos nº 11.406 e 11.407 de 31/1/2023), e um novo dimensionamento institucional e programático da SNPS dentro da SG-PR.

A partir de 2023 muitas das instituições participativas foram retomadas e reformuladas, possibilitando a ampliação do envolvimento popular em processos decisórios. A adoção de novas ferramentas de comunicação digital e metodologias participativas facilitou o acesso a debates e consultas públicas, incentivando maior contribuição da sociedade na construção de políticas. A Educação Popular vem também se fortalecendo como um meio para fortalecer a participação social e estimular o engajamento das comunidades na formulação de políticas públicas.

1.2. Qual é o histórico da Educação Popular na América Latina?

A Educação Popular tem raízes em diferentes partes do mundo, mas seu desenvolvimento na América Latina e no Brasil é especialmente significativo. Sua construção aconteceu por meio da articulação entre diferentes experiências e movimentos, incluindo a universalização da educação para trabalhadoras (es), a extensão universitária, as pedagogias libertárias, as ações promovidas por organizações religiosas e redes da sociedade civil, além de sua incorporação em políticas públicas.

Movimentos religiosos e Educação Popular

No final do século XIX, a Igreja Católica passou a discutir a questão social, especialmente os impactos da industrialização sobre as classes trabalhadoras. Em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, incentivou a atuação dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa, condenando a exploração do trabalho e defendendo a organização operária e o direito de associação. Esse documento deu origem à Doutrina Social da Igreja, que fundamentaria a criação de diversos movimentos voltados à formação e organização popular.

Nas décadas seguintes, intensificou-se o engajamento cristão nas questões sociais. Em 1929, a "Ação Católica", instituída pelo Papa Pio XI, buscou fortalecer a influência da Igreja

ja na sociedade, levando à criação de diversos movimentos leigos que conectavam fé e vida social. Entre esses grupos, destacaram-se os movimentos dos padres operários europeus e dos sacerdotes para o terceiro mundo, iniciado na Argentina em 1967. A Ação Católica desdobrou-se em organizações voltadas a diferentes setores, como a Ação Católica Operária (ACO) e os movimentos de jovens agricultores (JAC), operários (JOC), estudantes (JEC) e universitários (JUC). Esses grupos adotaram metodologias que uniam reflexão e ação, antecipando concepções da Educação Popular baseadas na ação crítica sobre a realidade. No Brasil, o Movimento de Educação de Base (MEB), desde 1961, articula alfabetização de adultos com formação política, influenciado tanto pela pedagogia de Paulo Freire quanto pelas ações da Igreja progressista.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) consolidou essa perspectiva ao enfatizar a importância da Igreja na luta contra as desigualdades. As Conferências Episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979) aprofundaram essa abordagem, defendendo a “opção preferencial pelos pobres” e inspirando a Teologia da Libertação. Esse pensamento influenciou diretamente os movimentos de resistência às ditaduras latino-americanas e estimulou a criação de organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral Operária, que atuaram na promoção da Educação Popular em comunidades urbanas e rurais.

b. Educação Operária: escolas e universidades populares

O movimento operário, ao reivindicar educação e cidadania, impulsionou a criação de escolas e universidades populares. Desde o século XIX surgiram diversas iniciativas como a Universidade Popular de Paris (1899), as Escolas do Povo, na Dinamarca (1864 e 1872) e a *Universidad Popular González Prada*, fundada no Peru, em 1923, por *Victor Haya de la Torre*.

Na América Latina, intelectuais como José Martí (Cuba), José Carlos Mariátegui (Peru) e Andrés Bello (Chile) também desempenharam um papel essencial na formulação de propostas educacionais voltadas às classes populares. No início do século XX, Simón Rodríguez, professor de Simón Bolívar, organizou um grande movimento de universidades populares, que influenciaria a Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918. Esse modelo se espalhou pelo continente, integrando concepções de educação libertária e comunitária.

Na Bolívia, entre 1931 e 1940, a experiência da Escuela-Ayllu de Warisata buscou integrar o conhecimento indígena ao ensino formal, promovendo um modelo educacional baseado no trabalho coletivo e na cultura local. Essas experiências demonstraram que a Educação Popular não apenas respondia a demandas por escolarização, mas também fortalecia identidades culturais e processos de organização política.

c. Educação libertária e movimentos anarquistas

A pedagogia libertária, associada aos movimentos anarquistas, também influenciou a Educação Popular. Sua origem remonta à Comuna de Paris (1871) e ao trabalho de educadores como Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna em Barcelona, em 1901. No Brasil, experiências semelhantes foram promovidas por meio de jornais, centros culturais e escolas anarquistas, como a Escola União Operária, fundada no Rio Grande do Sul, em 1895, e as Escolas Modernas de São Paulo. Nomes como João Pen-teado, Adelino de Pinho e Florentino de Carvalho foram importantes nesse campo, defendendo um ensino libertário, crítico e voltado à autonomia dos sujeitos.

d. Extensão universitária e educação popular

A extensão universitária tem sido um espaço de diálogo entre a academia e os movimentos sociais. Desde o século XVIII, universidades europeias e norte-americanas desenvolveram ações extensionistas, muitas vezes com um caráter assistencialista e tecnicista. No Brasil, esse modelo foi adotado no início do século XX, mas sofreu críticas por seu distanciamento das realidades populares.

Nos anos 1960, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu experiências de Educação Popular influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire, como campanhas de alfabetização e os Centros Populares de Cultura. Mais recentemente, a extensão universitária incorporou metodologias da Educação Popular, promovendo trocas entre saberes acadêmicos e comunitários. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil (FORPROEX) consolidou essa abordagem ao defender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

e. Organizações e redes de Educação Popular na sociedade civil

A partir da década de 1960, ocorreu a criação de inúmeras organizações e redes de educação popular, com enfoques que vão da assessoria e formação para os movimentos à comunicação popular e a pesquisa participante.

Oscar Jara, em seu livro *A educação popular latino-americana*, resgata o histórico de construção destas redes e mostra o tecido vibrante de organizações voltadas à dimensão educativa do trabalho de organização popular, que nasce intimamente ligada aos movimentos populares, camponeses e operários, bem como a políticas públicas, muitas vezes revolucionárias. Exemplo disto são as revoluções de libertação nacional na América Latina (Cuba, 1959; Nicarágua e El Salvador, 1979-1990) e na África (Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, 1977) que desenvolveram importantes políticas de alfabetização de adultos, na forma de Campanha ou Cruzada, assessoradas por Paulo Freire. No Brasil, estas campanhas foram desenvolvidas desde o início dos anos 1960 através dos Movimentos de Cultura Popular (MCP) e Movimento de Educação de Base (MEB).

Movimentos e organizações sociais construíram, desde então, práticas e concepções de educação popular e entre elas destacam-se, cronologicamente, a FASE - Solidariedade e Educação (Brasil, 1961); o IMDEC - *Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario* (México, 1963); CIDOC - *Centro Intercultural de Documentación* (México, 1966); ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Brasil, 1966); CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Brasil, 1968); ADITEPP - Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Brasil, 1972); Tarea - Asociación de Publicaciones Educativas (1974, Peru); CEPIS - Centro de Educación Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Brasil, 1977); CEPA - Centro de Educación y Promoción Agraria (Nicarágua, 1980); Instituto Cajamar (1986); Escola Quilombo dos Palmares (Equip, 1988). As escolas sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), as escolas do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e de outros movimentos deram continuidade a essa construção somando-se a outros centros de Educação Popular pelo Brasil afora.

Redes que articularam essas organizações, entre as quais a *Red Alforja* (1981), a Rede Latino-americana e Caribenha de Educação Popular - REDLAC (1982) e o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe - CEAAL (1984) promoveram encontros periódicos que se estendem até os dias atuais. Destacam-se as comemorações do centenário de Paulo Freire, em 2021, que foram marcadas por inúmeros cursos, congressos e seminários em muitas regiões do Brasil e do mundo. Mais recentemente estas organizações sociais vêm promovendo práticas e sistematizações acerca da educação popular nas perspectivas feminista (Silva, 2016), negra (Rufino, 2021), amazônica, ambiental e outras formas de educação popular voltadas a explicitar demandas ainda invisibilizadas.

É importante destacar também as publicações como cadernos e cartilhas educativas, revistas e boletins, ou mesmo como bibliografia de fundamentação teórica, que iluminaram estes processos de construção educativa, prática e teórica da educação popular. Aqui o destaque vai para os Cuadernos (CIDOC), a Revista Tarea, com mais de 100 edições, a revista Gaveta Aberta, da Equip, os mais de 50 números da Revista La Piragua (CEAAL, desde 1989), bem como a literatura produzida por educadoras e educadores que inspiram com suas concepções e práticas como, por exemplo, Carlos Brandão, Elza Falkembach, Paulo Freire e Pedro Pontual (Brasil), Carlos Núñez Hurtado (México), Lola Cendales, Alfonso Torres, Marco Raúl Mejia e Orlando Fals Borda (Colômbia), Raúl Leis (Panamá), Fernando Cardenal (Nicarágua), Nydia González (Cuba), Nélida Céspedes Rossel e Oscar Jara (Peru) e Osorio Vargas Jorge (Chile).

Nesta trajetória, a Educação Popular dialoga com a Metodologia da Pesquisa Participante, ou *Investigación-Acción Participativa*, marcadas por Fals Borda e Carlos Rodrigues Brandão, a Sistematização de Experiências (Oscar Jara e Elza Falkembach) e o Teatro do Oprimido (Augusto Boal).



Educação Popular como Política Pública

Embora tenha raízes nos movimentos sociais, operários, camponeses e populares que reivindicam educação e cidadania, a Educação Popular também tem raízes nas políticas públicas que, muitas vezes, nascem destas reivindicações. É o caso da Extensão Universitária, que pode ser encontrada como política educacional já no final do século XIX, tanto em países europeus, como norte-americanos e latino-americanos. No Brasil, a Extensão Universitária consolidou-se como política por meio da articulação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil - FORPROEX.

Nesse histórico destaca-se, no Brasil o governo de João Goulart (1961-1964), com as chamadas Reformas de Base, no bojo das quais emerge Paulo Freire, com as experiências de alfabetização de Angicos (1963) e Mossoró (RN), e João Pessoa (PB) que são fruto de convênios entre o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC), onde Paulo Freire era professor e algumas Secretarias de Educação.

O governo João Goulart, atraído pelos impressionantes resultados obtidos nestas experiências, convidou Paulo Freire para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização através da Comissão de Cultura Popular (CCP). Esta política pública sucumbe, no entanto, com o advento da ditadura militar iniciada em 1964, com a deposição de João Goulart e o exílio de Paulo Freire.

O sucesso das Campanhas de Alfabetização e o exílio de Paulo Freire levam a experiência para numerosos movimentos revolucionários e suas primeiras políticas públicas. É o caso das Campanhas de Alfabetização africanas da Guiné Bissau (1977) e Cabo Verde (1982-1989) e centro-americanas da Nicarágua (1980). Também no governo de Salvador Allende (1970-1973) Paulo Freire se soma à política pública de Reforma Agrária.

A presença da Educação Popular nas políticas públicas brasileiras será melhor desenvolvida no capítulo seguinte.



CAPÍTULO 2

Educação Popular nas políticas públicas

Para além da trajetória acima descrita, destacamos a seguir algumas das políticas federais nas quais a educação popular assumiu papel relevante.

2.1. Participação Social com Educação Popular

Desde suas origens, a educação popular está vinculada às lutas sociais por igualdade de oportunidades e direitos. Esse vínculo se fortalece à medida que seus princípios e metodologias passam a integrar ações governamentais, em particular, com a Constituição de 1988, quando se consolidou o direito à participação social na formulação e gestão de políticas públicas. Conselhos, conferências e outras instâncias participativas tornaram-se espaços estratégicos, garantindo que diferentes setores da sociedade tenham voz na definição das políticas governamentais.

Com o tempo, a educação popular passou a ser incorporada a diferentes setores da administração pública, contribuindo para a qualificação de agentes comunitários, o fortalecimento de redes de mobilização social e a formação cidadã em áreas como saúde, meio ambiente, economia solidária e direitos humanos, entre outras. Nesse sentido, se destaca a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), lançado em 1998, que busca ampliar o acesso à educação para jovens e adultos em áreas rurais, em resposta a demandas dos movimentos sociais do campo.

Entre 2003 e 2016, os governos Lula e Dilma construíram políticas federais de participação e de educação popular. Em 2003 houve a redefinição do papel da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) como órgão de relacionamento e articulação com a sociedade civil e a criação da Secretaria de Articulação Social, que permaneceu até 2016. Outras iniciativas também estão nessa origem como a Assessoria Especial de Mobilização Social e Educação Popular na Presidência da República a qual, através do Programa Fome Zero, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) iniciou a construção de uma Rede de Educação Cidadã (a RECID), que se ampliou para os diversos estados do país até 2015.

Em 2011 e 2012, no primeiro governo Dilma, houve uma unificação destas iniciativas quando, dentro da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral (SNAS/SG), criaram-se os Departamentos de Participação Social e de Educação Popular e Mobilização Cidadã, e este último assumiu, com centralidade, a RECID. Em outros ministérios

também se construíam políticas públicas com educação popular como a Educação em Economia Solidária e a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), aprovada em 2013.

Nesse período, até 2014, a SNAS realizou diagnósticos sobre processos educativos e formativos no governo federal, mapeamento de universidades federais, estaduais, institutos federais de educação, de escolas e centros de formação em educação popular. Assim foram tomando forma as propostas para um Sistema Nacional de Participação Social, o que culminou na instituição, através do Decreto 8243 de 2014, da Política e Sistema Nacional de Participação Social. Este decreto, porém, foi revogado pelo Decreto nº 9.759, de 2019. Ao mesmo tempo, o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, através da RECID, promoveu o processo de elaboração de um "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas". Estas referências foram elaboradas através de debates, seminários e consultas públicas com educadores (as) populares e governamentais e explicitam princípios, concepções e diretrizes metodológicas da educação popular para sua incidência em políticas públicas. O Marco foi publicado por meio da Portaria nº11 de 23 de maio de 2014, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), na mesma data de publicação do Decreto 8.243.

A seguir, no período de 2016 a 2022, houve uma profunda descontinuidade e desconstrução das políticas de participação social. O Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019, limitou o funcionamento de conselhos e colegiados nacionais, resultando no enfraquecimento da transparência e da participação social no governo federal.

Em 2022, com a vitória de Lula para seu terceiro governo, foi instituído um "Governo de Transição" cujo Relatório Final (Brasil do Futuro, 2022) avalia os avanços, limites, o desmonte e os novos desafios para a participação social no país, bem como propostas de estruturas e políticas para fortalecê-la. Cria-se então o Conselho de Participação Social (CPS), reunindo as principais organizações e movimentos sociais do país.

Em 1.º janeiro de 2023 se inicia a reconstrução da participação social com a reestruturação da Secretaria-Geral da Presidência da República, recriada em sua estrutura regimental pelo Decreto n.º 11.363, readquirindo suas competências de articulação e fomento das políticas de participação social e diálogo com a sociedade civil. São criadas a Secretaria de Diálogos Sociais (SNDSAPP/SG-PR) e a Secretaria de Participação Social (SNPS/SG/PR) com suas quatro Diretorias. A Diretoria de Participação Digital e Comunicação em Rede (DPDCR) estrutura a Plataforma Brasil Participativo, importante instrumento que ampliou a elaboração do PPA Participativo, juntamente com a Diretoria de Planejamento e Orçamento Participativo (DPOP) e com a realização de 27 plenárias estaduais para formulação de propostas; a Diretoria de Participação Social (DPS) estimula e acompanha

uma vigorosa retomada dos Conselhos e Conferências Nacionais: em 2023 houve 5 conferências nacionais, 8 em 2024 e são 15 as conferências previstas para 2025 e 2026, e os conselhos nacionais reativados chegam a 60, reativando-se também o Fórum Interconselhos. Foi ainda criado um Sistema Interministerial de Participação Social, com Assessorias de Participação e Diversidade (Aspadis) em cada ministério.

Criou-se um Grupo de Trabalho sobre Colegiados, Conselhos e Conferências, que ouviu e analisou experiências, com suas fortalezas e limites, suas necessidades de assessoria e de formação, gerando um Caderno de "Recomendações para Colegiados, Conselhos e Conferências Nacionais" (Brasil, 2023) e a proposta de um Programa Nacional de Fortalecimento de Colegiados e Conselhos.

Outro GT, sobre Territórios e Políticas Territoriais, analisou as dificuldades de pensar a territorialização, as experiências exitosas de alguns programas federais territorializados e gerou a proposta de uma Política de Participação Social com Educação Popular nos Territórios (PPSEPT).

Esta Política começou a ser elaborada e implementada gradualmente. Pela primeira vez a SNPS elaborou um Programa aprovado no PPA, com dotação orçamentária, que possibilita a execução de programas. Para chegar aos territórios, em 2023 e 2024 foram articuladas Redes de Educadores Populares em todas as regiões do país e, em 2024 e 2025, foram construídos Fóruns de Participação Social, articulando organizações e movimentos sociais em todas as 27 Unidades Federativas. Em alguns territórios começaram a ser construídos Núcleos Territoriais de Participação Social com Educação Popular (como exemplos os territórios da Maré e Marajó, entre outros). Esta construção resultou na criação, através do Decreto ministerial de 12/03/2025, do Programa de Articulação da Participação Social nos Estados, Distrito Federal e nos Territórios, primeiro programa a ser executado diretamente pela SNPS.

Em vista da qualificação da participação social construiu-se, numa relação entre a Secretaria-Geral/SNPS e o Ministério da Educação (MEC), uma proposta de extensão universitária que resultou na publicação, através da Portaria Interministerial nº 192 de 11/03/25, de um "Documento de referência" que oferece orientações e estratégias às universidades para a ampliação, o aprimoramento e o fortalecimento da participação da sociedade nas políticas públicas e nos programas de extensão universitária. Este diálogo ocorre desde 2023 e visa engajar professores e alunos universitários em projetos de fortalecimento da participação social nos territórios.

Um dos desafios atuais é consolidar essa abordagem de forma transversal, garantindo que diferentes políticas setoriais incorporem concepções e metodologias participativas

e educativas. A ampliação do diálogo entre instâncias governamentais e redes de educação popular pode fortalecer a construção de políticas mais democráticas e inclusivas, promovendo o acesso à informação, o exercício da cidadania e o protagonismo das comunidades na definição de suas próprias prioridades.

2.2. Educação Popular em Saúde

A educação popular tem desempenhado um papel central na promoção da saúde pública no Brasil. Desde o início do século XX, campanhas sanitárias buscaram envolver a população em ações de prevenção e cuidado. Com o tempo, essa abordagem foi ampliada, superando práticas normativas e centralizadas para valorizar o protagonismo das comunidades no cuidado com a própria saúde.

Nos anos 1970 e 1980, movimentos populares se uniram ao movimento sanitário para defender um modelo de saúde universal, público e participativo. A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou essa visão, garantindo que a saúde fosse compreendida como um direito de todos e um dever do Estado. O SUS torna-se então pioneiro na construção da participação e controle social através de Conselhos e Conferências desde os espaços locais, municipais, estaduais e nacionais.

Nesse contexto, a educação popular passou a integrar práticas na rede de atenção à saúde, contribuindo para a formação de agentes comunitárias (os) e a criação de espaços de diálogo entre profissionais de saúde e a população. A institucionalização dessa abordagem avançou com a criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), em 2004, e da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), em 2013. A formação de Conselheiros, em todas as esferas federativas também tem sido experiência continuada da educação popular em Saúde.

A educação popular contribui para a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, pela mudança de atitudes e comportamentos, pelo comprometimento com posturas acolhedoras e de construção da autonomia das pessoas e dos grupos sociais e pelo engajamento ativo nas lutas por direitos. Ao trabalhar com atores sociais, a educação popular contribui para que os movimentos populares possam se fazer presentes, apresentando novas temáticas, experiências e desejos.

No entanto, entre os anos 2016 e 2022 as políticas de saúde sofreram descontinuidade, desmonte e desconstrução, principalmente dos espaços de gestão participativa e de educação popular. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), porém, desempenhou brilhante papel de resistência e protagonismo frente à pandemia de Covid 19 que assolou o Brasil

e o mundo, surgindo no cenário nacional como exemplo fortalecido do papel e do lugar da participação e controle social.

A 17ª Conferência Nacional de Saúde retoma então toda esta potência, fortalecendo a resistência popular que emergiu durante o enfrentamento da pandemia, que está sendo canalizada para mais um Programa nacional ancorado na educação popular – o Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS), lançado em 2023, “a fim de contribuir com a atuação dos movimentos sociais populares na defesa do SUS e do direito à saúde, na perspectiva de fortalecer o protagonismo popular, a articulação de saberes e as práticas de educação popular em saúde nos territórios do SUS” (Fiocruz Brasília, 2023).

2.3. Educação Popular e Educação Pública

A democratização das políticas educacionais tem como marco a Constituição de 1988, através do inciso VI do artigo 206, que aponta o princípio da gestão democrática do ensino público, o qual é reafirmado na LDB (lei nº 9.394/96, atualizada em 2023) que regula também a participação da comunidade escolar, através de Conselhos e Fóruns de Conselhos Escolares. Em 2010, a 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE/MEC) pautou o tema da educação popular como política pública.

A educação popular se concretiza especialmente nas políticas reivindicadas por movimentos sociais como, por exemplo o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pro-NEA), desenvolvido em conjunto pelo MEC e o MMA a partir de 1994, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), desenvolvido em conjunto com o INCRA, através da SECADI (Decreto 7352, 4/11/2010).

A SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, criada em 2004, tornou-se o principal órgão onde se dá a relação entre a educação escolar e a educação popular através dos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do Campo, Educação Indígena, Quilombola e outras dimensões da educação inclusiva.

A SECADI foi descontinuada entre 2019 e 2022 e, a partir 2023, no contexto de retomada da democratização do país, voltou a implementar suas políticas, dentre as quais a reativação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e a implementação do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação de Jovens e Adultos (Pacto EJA) lançado no ano seguinte, para criar 3,3 milhões de novas matrículas. Dentro do Pacto EJA destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que

prevê a destinação de bolsas e a atualização pedagógica para as pessoas alfabetizadas, baseada em princípios da educação popular.

As Novas Diretrizes Operacionais para a EJA (2025) valorizam princípios da Educação Popular tais como a valorização da experiência das pessoas educandas, o respeito às suas expressões culturais e o reconhecimento da Pedagogia da Alternância na sua relação entre o "Tempo Escola" e o "Tempo Comunidade" (art.15, Incisos primeiro e segundo).

A Educação do Campo é uma política que surge da luta de comunidades rurais por um ensino que respeite suas realidades e fortaleça sua organização. Ela se concretiza em Programas como o Pronera e o Pronacampo (Programa Nacional de Educação do Campo). Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) estimulam profissionais a atuarem com base nas realidades locais e no desenvolvimento sustentável. Essa abordagem valoriza os saberes das populações rurais, contribui para a permanência dos jovens no campo e impulsiona práticas como a agroecologia e a agricultura familiar. Assim, a educação popular na Educação do Campo reafirma o direito a um ensino conectado com a cultura local, promovendo autonomia e justiça social.

2.4. Educação Popular e Economia Solidária

A economia solidária (Ecosol) emerge no Brasil a partir da década de 1980 com o apoio de diversas organizações como igrejas, sindicatos, instituições de ensino e movimentos sociais, e se torna alternativa aos trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho.

A institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária se desenha no GT Brasileiro de Economia Solidária, no Fórum Social Mundial de 2001 e, em 2002, a Plenária Brasileira de Economia Solidária envia uma Carta ao Governo Lula reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Assim, em 2003, se consolidam o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, e é criada a SENAES, tendo Paul Singer como primeiro Secretário, bem como o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), regulamentado em 2006. Realizam-se a seguir Conferências Nacionais (2006 e 2009, 2014), estaduais e municipais, bem como a Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão (2010).

A educação popular é diretriz destacada nas "Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária" publicadas pelo Conselho (CNES, 2012), que destaca a importância de

[...] utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da educação popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes (CNES, 2012)

A educação popular permanece presente e revigorada, nas diretrizes dos Programas de formação da SENAES, retomados a partir de 2023, como o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional e o Programa de Formação Paul Singer - Agentes de Economia Popular e Solidária. Ela está presente também como tema da 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária (2025).

2.5. Educação Popular e Direitos Humanos

A educação popular está no centro da luta pelos Direitos Humanos, impulsionando a participação social e a construção de uma sociedade mais justa, especialmente através do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH, em suas versões de 1996, 2002 e 2009). O PNDH explicita diretrizes de superação de desigualdades de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade.

Desde a criação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH), em 1995, e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006), iniciativas educacionais têm promovido o acesso ao conhecimento e a defesa dos direitos fundamentais. Em 2025 este Plano está sendo revisado através de grupos de trabalho que incluem governo e sociedade civil. Um destes grupos se volta à "Educação Popular em Direitos Humanos" e abrange ações realizadas fora do sistema educacional formal, com foco em movimentos sociais, ONGs, coletivos culturais e comunitários e grupos historicamente excluídos como indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência etc.

Essa prática busca ampliar a conscientização sobre direitos, promovendo a autonomia dos sujeitos e fortalecendo redes de apoio mútuo.

Em espaços comunitários, a educação popular contribui para a formação de lideranças, a articulação de grupos e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar desigualdades. A promoção da diversidade, o respeito às diferenças, a superação das discriminações e desigualdades estão no cerne dessa abordagem, garantindo que todas as pessoas possam exercer plenamente sua cidadania.

2.6. Educação Popular e diversidades étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+, Pessoas com Deficiência

A educação popular reconhece e valoriza a diversidade de experiências e saberes presentes na sociedade. Seu compromisso com a inclusão se reflete em práticas que superem desigualdades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição física e mental e classe social, promovendo o respeito e a equidade.

No campo das relações étnico-raciais, políticas afirmativas e de equidade têm ampliado o acesso das populações negra e indígena à educação e ao mercado de trabalho. Para tal são essenciais a implementação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11645/ 2008, que altera o artigo 26 - A da LDB e torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, em estabelecimentos públicos e privados. O MEC assume então, a partir da SECADI, programas específicos como a Educação Escolar Indígena, organizada em Territórios Etnoeducacionais (Decreto nº 6.861/2009) e a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), lançada em 2024.

No contexto das políticas de gênero e diversidade, a educação popular tem dialogado com movimentos plurais feministas, que abordam a perspectiva das feminilidades e masculinidades, e da população LGBTQIA+, considerando a interseccionalidade e contribuindo para a formação de espaços mais acolhedores e inclusivos. A Lei Maria da Penha e o PNDH dão suporte para o desenvolvimento de Programas voltados à proteção de direitos e ao fortalecimento da participação dessas comunidades, ampliando o acesso à cidadania e à justiça social.

A inclusão de pessoas com deficiência (PCD) tem como marco importante a Lei de Cotas para pessoas com deficiência (Lei 8213/91), que estabelece regras para a inserção de PCD na vida profissional e vem sendo ampliada através de legislação sobre educação inclusiva, entra elas a CF/88 (artigos 205, 206 e 208) e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. A introdução das políticas de cotas vem produzindo importantes avanços na redução de desigualdades em diversos setores.

Também o Ministério da Saúde explicita, desde 2005, políticas de promoção da equidade tais como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Brasil, 2014a).

A luta por justiça social, igualdade e equidade para esses grupos continua sendo um tema central nas discussões sobre políticas públicas, por isso é necessário continuar implementando políticas públicas para superar as desigualdades, garantir a proteção dos direitos humanos e promover a inclusão.

2.7. Educação Popular e Educação Ambiental

A relação entre educação popular e sustentabilidade ambiental se fortaleceu nas últimas décadas, impulsionada por conferências internacionais e pela crescente mobilização social em defesa do meio ambiente.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado pelo Fórum Internacional de ONG e Movimentos Sociais, durante a Rio92, é um documento de referência no Brasil, tanto para a sociedade civil como para as políticas públicas coordenadas pelo Estado.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), executada a partir de 2003 por Órgão Gestor integrado pelo MEC e MMA, e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) consolidaram essa perspectiva, promovendo práticas educativas voltadas à preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, à conscientização sobre os impactos ambientais e as necessárias transformações culturais e de valores, distintos dos hegemônicos e condizentes com a construção de sociedades sustentáveis.

Após uma lacuna de 4 anos (2019 e 2022) na implementação de políticas públicas de educação ambiental, a formação de agentes locais voltados à educação e cooperação socioambiental tem sido o mote do Órgão Gestor da PNEA, recriado em 2023.

Em 2025, na V Conferência Nacional de Meio Ambiente (V CNMA), a segunda proposta mais votada defendeu a implementação da "educação ambiental decolonial crítica e transformadora como prática integrada, contínua e permanente em todos níveis e modalidades de ensino, de forma inter e transdisciplinar e conectada aos territórios, integrada a temas como historicidade, justiça social e climática, racismo ambiental, saberes tradicionais, mitigação, adaptação, consumo consciente, cultura oceânica e saúde única". Ainda em 2025 a VI Conferência Nacional Infanto-juvenil de Meio Ambiente (CNI-JMA) promovida pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem como tema a Educação e Justiça Climática.

A educação popular tem sido fundamental na formação de lideranças ambientais, na organização de comunidades para o uso sustentável do território e na valorização dos saberes tradicionais sobre a natureza. Experiências como agroecologia, reflorestamento comunitário e gestão participativa de recursos naturais demonstram como essa abordagem fortalece a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

A atual política de Centros, Núcleos e outros Equipamentos de Educação e Cooperação Socioambiental, reforça a perspectiva freiriana de incentivo aos círculos de cultura, como práxis em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as pessoas e espécies com as quais compartilha-se este Planeta.

2.8. Educação Popular e Cultura

A educação popular e a Cultura caminham juntas na valorização dos distintos saberes e modos de vida da sociedade. O Plano Nacional de Cultura (PNC) (2010) reconhece essa relação ao incentivar a participação cidadã na produção e preservação das manifestações culturais. A cultura popular, expressa em festas, rituais, artes, músicas e tradições orais, é um espaço de resistência e afirmação identitária. O apoio a grupos culturais periféricos, a valorização das culturas indígenas e quilombolas e a ampliação de políticas de fomento cultural demonstram o impacto positivo dessa abordagem.

Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional Cultura Viva, que visa promover a democratização do acesso aos recursos culturais e reconhecer o protagonismo das comunidades na construção de suas expressões culturais. Essa política tem como principal instrumento os Pontos de Cultura, que funcionam como núcleos articuladores de práticas culturais locais, valorizando saberes tradicionais e fortalecendo o tecido social por meio da arte e do saber popular. A Política Cultura Viva exemplifica como a cultura pode ser efetivamente um vetor de transformação social, contribuindo para a autonomia das comunidades.

A convergência entre cultura e educação popular também se expressa no Programa Nacional dos Comitês de Cultura (Portaria MinC nº 64/2023), que adota a educação popular como princípio transversal e orientador de suas ações. Esses Comitês são compostos por redes de agentes culturais territoriais, coletivos e instituições organizadas pela sociedade civil. Por meio de editais e parcerias com o Ministério da Cultura, desenvolvem ações voltadas à mobilização social, formação em direitos culturais, elaboração de projetos, parcerias institucionais e comunicação. Tais iniciativas ampliam a participação social nas políticas públicas e fortalecem o papel da cultura como direito fundamental.

Ao valorizar as culturas indígenas, quilombolas, periféricas e tradicionais e ao ampliar o fomento a essas expressões por meio de políticas inclusivas como a Cultura Viva e os Comitês de Cultura, o Estado brasileiro reafirma o compromisso com a diversidade cultural, a equidade e a justiça social. Assim, educação popular e cultura se entrelaçam como caminhos complementares na construção de uma sociedade mais democrática, plural e participativa.

2.9. A Territorialização das Políticas Públicas com Educação Popular

Segundo Milton Santos, o território não é apenas um espaço geográfico, mas um lugar habitado, que carrega a nossa identidade e o sentimento de pertencer àquele espaço. Quando pensamos na territorialização das políticas públicas, estamos falando de reconhecer e valorizar esse território como um espaço de potencialidades, onde a vida comunitária se manifesta de forma rica e diversa. Isso significa que as políticas públicas devem levar em conta as especificidades de cada território, promovendo ações que valorizem e potencializem suas características únicas. A participação social é fundamental nesse processo, pois ela assegura que as pessoas, especialmente as comunidades, tenham voz ativa no fortalecimento de seus territórios.

A territorialização das políticas públicas, sob a perspectiva da educação popular, constitui-se, nessa dinâmica, como uma estratégia formativa, política e institucional para a promoção da justiça social e para o fortalecimento da democracia. Para que tudo isso aconteça de forma efetiva, é necessário um entendimento profundo do território, considerando suas condições intergeracionais, intersetoriais e intercomunicativas. Assim, podemos equilibrar ações que envolvem o gesto poético, que valoriza a criatividade e a sensibilidade, com aquelas que se vocalizam como ato político, que busca a transformação social, como defendia Paulo Freire. Ao compreender o território como um espaço socialmente construído, entrelaçado por relações culturais, históricas, econômicas e afetivas, afirma-se que o território é mais do que delimitação geográfica: é lugar de pertencimento, de identidade coletiva e de ação política.



Essa compreensão orienta iniciativas da Secretaria-Geral da Presidência da República, em específico por meio da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), que coordena esforços para integrar a educação popular como metodologia estruturante das políticas públicas em suas dimensões territoriais. Assim, a territorialização não é apenas uma diretriz operativa, mas um princípio de gestão pública participativa, que reconhece e mobiliza os sujeitos coletivos já presentes nas comunidades e regiões do país.

Foi essa abordagem que orientou o Grupo de Trabalho (GT) "Territórios e Participação Social nas Políticas Públicas do Governo Federal", instituído pela Portaria SG/PR nº 167/2023. Composto por onze órgãos do Executivo Federal, o GT teve como objetivo elaborar diretrizes, orientações e estratégias para promover a integração das políticas públicas com participação social e educação popular na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Os debates promovidos pelo GT reafirmaram a necessidade de superar a fragmentação da ação estatal nos territórios e de reverter a lógica verticalizada de formulação e implementação de políticas públicas que acaba enfraquecendo a relação do Estado com a sociedade e invisibilizando sujeitos históricos locais. O trabalho explicitou a necessidade de mecanismos de articulação entre as políticas públicas, reconhecendo os territórios como unidades de planejamento, decisão e controle social, a partir das quais se possa promover o desenvolvimento com equidade e participação.

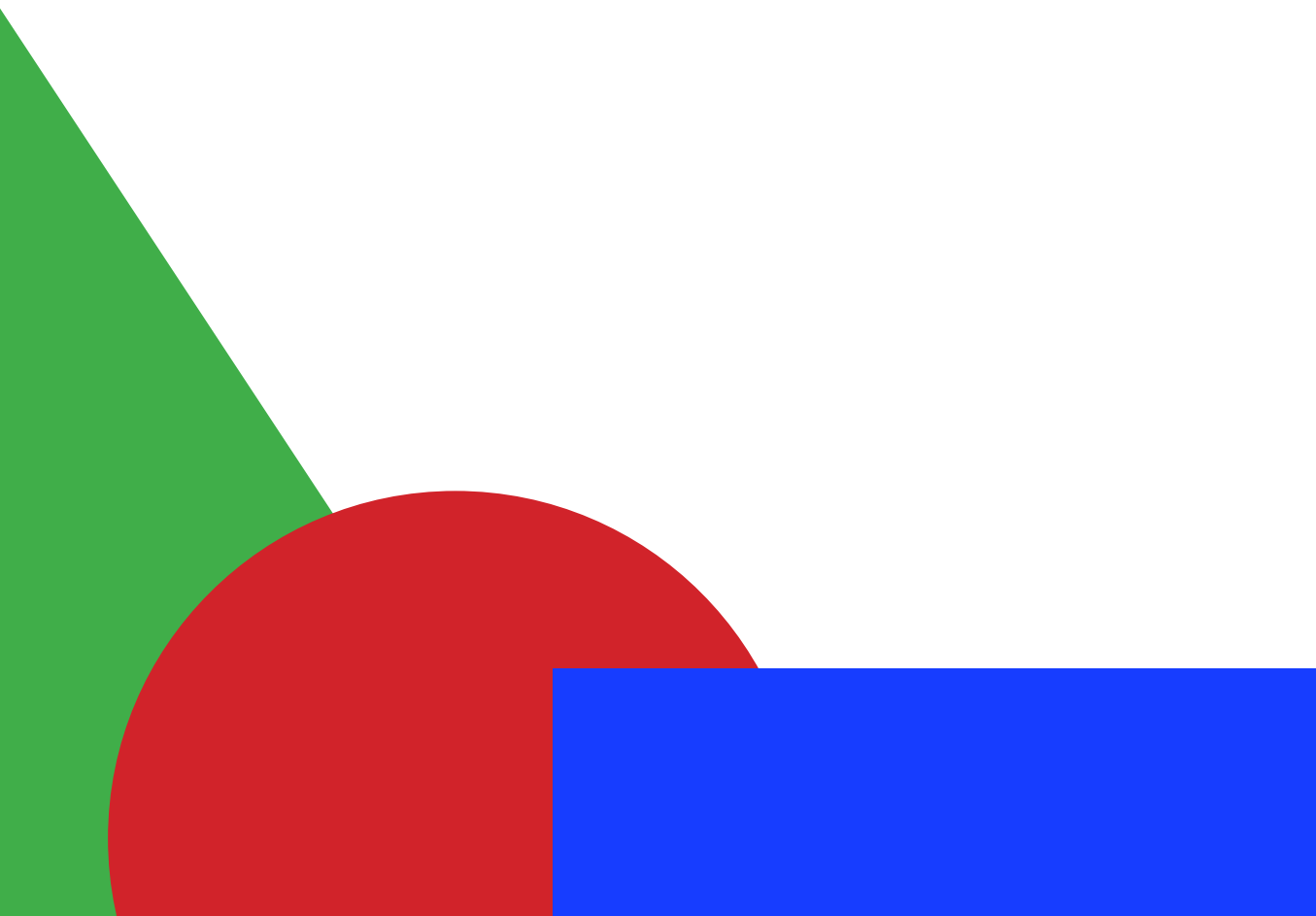
Além disso, a SNPS, através da Diretoria de Educação Popular, realizou outro importante esforço por meio do Fórum de Práticas Educativas e Territoriais nas Políticas Públicas, buscando garantir que a articulação das políticas territorializadas ocorresse desde a formulação. Nesse espaço, servidoras e servidores se reuniram de forma frequente, compartilhando as dinâmicas específicas de cada política territorial, suas experiências, desafios e potencialidades. Essa troca contínua possibilitou uma compreensão mais aprofundada das realidades locais e contribuiu para que as políticas fossem construídas de maneira mais dialógica e atenta às necessidades dos territórios.

Nesse contexto, agentes territoriais, denominados de distintas formas nas diferentes políticas públicas — como educadores e educadoras populares, agentes populares de saúde, agentes culturais, articuladores da economia solidária, lideranças comunitárias, conselheiras populares ou facilitadores sociais — emergem como sujeitos estratégicos da territorialização. Esses agentes atuam como ponte entre Estado e comunidade, promovendo o diálogo entre saberes, fortalecendo redes locais de solidariedade e organizando coletivamente demandas, soluções e formas de controle social. Como vimos neste capítulo, seu papel é reconhecido em diferentes programas e ações federais que já incorporam a educação popular como referência metodológica, como nos ministé-

rios da Saúde, da Educação, da Cultura, do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego. A atuação articulada dos agentes territoriais expressa o compromisso do governo federal com a implementação de uma política nacional de participação social que tenha no território seu eixo estruturante.

A estratégia de territorialização da educação popular reconhece o potencial transformador dos sujeitos coletivos que atuam nas comunidades, respeita a diversidade das territorialidades brasileiras e contribui para a efetividade das políticas públicas ao promover o enraizamento nas experiências e necessidades concretas da população. Essa estratégia orienta, de forma transversal, todas as políticas públicas analisadas neste capítulo, e se materializa nas práticas de mobilização, formação e organização comunitária conduzidas por diferentes ministérios.

Para tal, a SNPS vem construindo uma Política de Participação Social com Educação Popular nos Territórios, desde sua inserção como Programa no PPA 2024-2027 até a Portaria SG-PR nº 193, de 12/03/2025 que instituiu o Programa de Articulação da Participação Social nos Estados, Distrito Federal e nos Territórios com a finalidade de ampliar, diversificar e qualificar a participação social nas políticas públicas federais. Este Programa vem se concretizando através da criação dos Fóruns de Participação Social nos Estados e no Distrito Federal, instituídos pela Portaria SG-PR nº 188, de 22/10/2024.







CAPÍTULO 3

Fundamentos político- pedagógicos da Educação Popular

A educação popular é uma prática em constante construção, moldada por diferentes experiências ao longo da história, tanto na educação formal quanto nas lutas sociais e políticas públicas. Para Paulo Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Por isso, seus significados foram historicamente influenciados por princípios ético-políticos que buscam formar sujeitos críticos e promover sociedades mais justas e democráticas.

O compromisso ético da educação popular está diretamente ligado à sua dimensão política. Uma educação voltada à transformação social precisa considerar o conhecimento como uma construção coletiva, que emerge do diálogo e da interação entre diferentes sujeitos e saberes. Este capítulo sintetiza as abordagens que fundamentam essa concepção e orientam práticas educacionais comprometidas com a garantia de direitos e a participação social.

3.1. Fundamentos Ético-Políticos

Os fundamentos ético-políticos da educação popular derivam de seu compromisso com a transformação social e com a ampliação da participação cidadã. Eles orientam tanto iniciativas autônomas da sociedade civil quanto políticas públicas. Três princípios se destacam nesse processo:

a. Os seres humanos são sujeitos da transformação social

A educação popular parte da compreensão de que os seres humanos não são meros receptores passivos da realidade, mas sujeitos ativos, capazes de intervir na história e modificar o mundo ao seu redor. Como afirma Paulo Freire:

(...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente (FREIRE, 2002, p.39).

Esta afirmação fundamenta a concepção de que não somos seres passivos, mas sujeitos ativos que intervêm na história e em nossa própria transformação.

b. A realidade do mundo é diversa e conflituosa

A educação popular reconhece que a realidade social é caracterizada por desigualdades e conflitos. Para transformar essa realidade, é essencial compreender as di-

versas formas de discriminação e exclusão que atingem diferentes grupos sociais. Isso inclui desigualdades de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição física/mental e geração.

A visibilidade e o reconhecimento desses grupos na educação são fundamentais para garantir que suas experiências e saberes sejam valorizados. A educação popular se propõe a criar espaços de escuta e participação, onde diferentes identidades possam se expressar e contribuir para a construção coletiva do conhecimento.

C. Participação Popular

A transformação social ocorre por meio da participação ativa dos sujeitos na reivindicação de direitos e na construção de políticas públicas. A educação popular deve promover a gestão pública democrática em todo o processo de formulação, construção e implementação de políticas públicas para que estes processos passem a incorporar a participação social até a chegada das políticas públicas aos territórios. Ela fortalece a participação ao estimular processos organizativos e formativos, preparando cidadãos e cidadãos para atuarem em espaços como movimentos sociais, conselhos, conferências, orçamentos participativos e fóruns populares.

Ao promover a participação social como um direito, a educação popular amplia os canais de diálogo entre a sociedade civil e o poder público, fortalecendo a democracia participativa. Mais do que uma ferramenta de aprendizado, ela se torna um instrumento de mobilização e fortalecimento das comunidades, consequentemente, um meio de emancipação dos sujeitos.

3.2. Fundamentos Pedagógicos

A educação popular exige fundamentos pedagógicos que considerem o conhecimento como uma construção coletiva, comprometida com a transformação social. Essa abordagem se contrapõe à educação "bancária", que vê quem aprende como um recipiente passivo de conteúdos, e propõe uma educação dialógica e emancipatória.

a. Relação entre teoria e prática

A práxis, conceito central na pedagogia freiriana, une reflexão e ação como formas inseparáveis do aprendizado. Para Freire, a prática educativa só tem sentido se estiver conectada à realidade dos sujeitos e à transformação social:

Ter a prática como ponto de partida significa que o aprendizado deve partir da realidade concreta de educandas (os), levando em conta suas experiências e vivências. O

conhecimento não é algo externo e imposto, mas algo que se constrói na interação entre os sujeitos e seus contextos.

b. Relação dialógica

Por que a relação dialógica é um princípio fundamental? O diálogo é a base da educação popular, rompendo com relações hierárquicas e promovendo a horizontalidade entre educadoras (es) e educandas (os). Essa abordagem se desdobra em três aspectos:

- ★ **Relação horizontal** – A educadora ou o educador não é um transmissor absoluto do saber, mas um facilitador do aprendizado. A (O) educanda (o), por sua vez, não é um receptor passivo, mas um sujeito ativo na construção do conhecimento.
- ★ **Diálogo entre saberes** – O conhecimento científico deve dialogar com os saberes populares e tradicionais, valorizando diferentes formas de conhecimento.
- ★ **Construção coletiva do conhecimento** – A educação não ocorre de forma individualizada, mas por meio do compartilhamento de experiências e reflexões dentro da coletividade.

c. A amorosidade na Educação Popular

A amorosidade, conceito central em Paulo Freire, se traduz no respeito ao outro, no compromisso com a escuta ativa e na valorização das diferenças. Ela "se materializa no afeto como compromisso com o outro, que se faz engravidado da solidariedade e da humildade" (Fernandes, citada por Streck, 2018, p.39)

d. Construção Coletiva do Conhecimento

Para que a educação popular seja de fato transformadora, é necessário registrar e refletir sobre as experiências educativas. Duas metodologias se destacam nesse processo:

► **Pesquisa Participante**

A Pesquisa Participante, a Pesquisa-Ação, Pesquisa-Ação-Participante, Pesquisa Intervenção, com suas diversas nuances, envolvem os sujeitos da experiência educativa no próprio processo de investigação.

Desenvolvidas a partir de Orlando Fals Borda e Carlos Rodrigues Brandão, essas abordagens valorizam o conhecimento produzido pelas comunidades e o inserem no debate acadêmico e político. A pesquisa não é feita "sobre" um grupo social, mas com ele. Dessa forma, o próprio processo de investigação se torna

uma ferramenta de organização e mobilização, ampliando a consciência crítica das pessoas participantes.

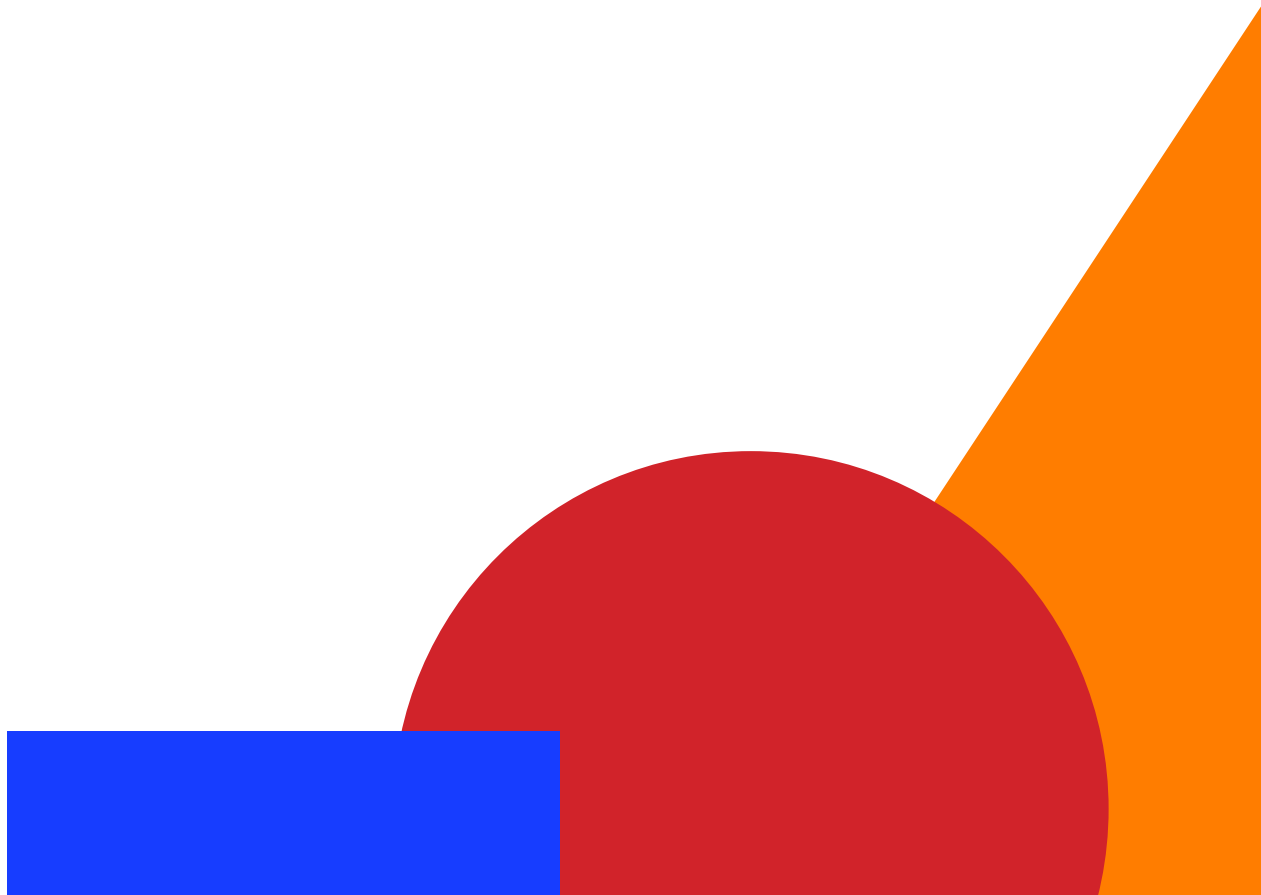
► **Sistematização de Experiências**

A Sistematização de Experiências, que nasce no campo da educação popular, busca compreender criticamente as práticas educativas e organizativas. Diferente de um simples relato de atividades, a sistematização permite identificar desafios, aprendizagens e estratégias que possam ser recriadas e aprimoradas, além de explicitar “a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram nele e por que o fizeram desse modo” (Jara, 2006, p. 24).

A sistematização se refere a um processo vivido, isto é, quem sistematiza uma prática social é quem viveu a experiência. Essa metodologia fortalece a reflexão sobre as práticas da educação popular, garantindo que elas não sejam apenas experiências isoladas, mas processos acumulativos de transformação social.

Os fundamentos político-pedagógicos da educação popular demonstram seu compromisso com a transformação social, a participação ativa dos sujeitos e a construção coletiva do conhecimento. Mais do que uma metodologia educacional, ela representa uma visão de mundo que reconhece a educação como um ato político e emancipador.

Ao articular ética, pedagogia e participação social, a educação popular fortalece processos educativos que vão além da sala de aula, influenciando políticas públicas, fortalecendo organizações comunitárias e promovendo uma sociedade mais justa e democrática.





The background of the slide is a photograph of a protest or social movement. It shows a group of people, some holding flags and banners. The image is heavily overlaid with a solid red color. A white geometric shape, resembling a stylized 'A' or a large bracket, is superimposed over the center of the image, framing the text.

CAPÍTULO 4 **Diretrizes metodológicas**

PRA VOLTAR
A SONHAR

114

Os fundamentos da educação popular se articulam por meio de uma concepção compreendida como Metodologia, Filosofia ou Pedagogia da Práxis. A práxis é a ação humana que associa a prática aos saberes resultantes da experiência cotidiana e/ou aos demais conhecimentos produzidos pela humanidade. Trata-se da ação pensada.

Como práxis, a educação popular é fundamentada num conjunto de diretrizes que se caracterizam como orientações metodológicas necessárias para viabilizar a escolha de métodos, técnicas, procedimentos e recursos pedagógicos coerentes e articulados com a sua concepção, finalidade, objetivos e metas pedagógicas.

As diretrizes da educação popular são resultado de processos reflexivos sobre a vivência prática socialmente referenciada e enraizada nas experiências de vida, nas lutas e nos sonhos das comunidades e dos movimentos sociais. Emergem do estudo das ações concretas e cotidianas de diversos grupos, cujos saberes locais, as vivências e as realidades dos contextos em que se insere são valorizados e socialmente referenciados. As educadoras e os educadores populares preocupam-se em reconhecer e integrar os saberes das pessoas participantes dos processos educativos, que são, ao mesmo tempo, coletivos, críticos e transformadores.

As diretrizes metodológicas apresentadas a seguir, foram identificadas a partir de diversos campos de práticas resultantes da reflexão coletiva sobre a práxis da educação popular em suas mais diversas e variadas formas de expressão filosófico-pedagógicas.

4.1. Campos de práticas da Educação Popular e suas diretrizes metodológicas

Nesta seção serão apresentadas algumas diretrizes que orientam a construção das metodologias a partir da identificação dos mais variados e diversos campos de práticas onde a educação popular se materializa como práxis socialmente referenciada.

Estes campos estão tradicionalmente localizados no interior de comunidades ou coletivos populares organizados na forma de movimentos sociais, pastorais sociais, associações, cooperativas, grupos de produção de economia solidária, sindicatos, escolas, universidades, grupos de educação de jovens e adultos, coletivos de usuários/beneficiários de políticas sociais e tantos outros. A partir deles podemos elencar algumas diretrizes:

PARA SABER MAIS

Em “**Metade Cara, Metade Máscara**”, Eliane Potiguara destaca a importância de resgatar os saberes ancestrais e as tradições indígenas, que veem a terra como um ser vivo a ser respeitado. Ela critica a marginalização desses conhecimentos e defende que a conexão com a terra, pautada no cuidado e na reciprocidade, é essencial para a preservação das culturas indígenas e para um futuro sustentável.

O “**Caderno de Metodologias: Inspirações e Experimentações na Construção do Conhecimento Agroecológico**” da Associação Brasileira de Agroecologia propõe práticas que conectam o conhecimento científico com os modos de vida ancestrais de comunidades tradicionais, estimulando o respeito e a reciprocidade com a terra. Acesse: <https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologia/>

a. Valorizar saberes tradicionais para aprender com a ancestralidade

A educação popular se alimenta dos saberes tradicionais que conectam os povos à terra, às suas culturas e histórias. Esses saberes, muitas vezes marginalizados, se manifestam em práticas diárias, modos de viver e formas de interpretar o mundo. Para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades do campo e tantas outras comunidades tradicionais, a terra não é apenas um recurso, mas um ente vivo com o qual se estabelece uma relação de cuidado, reciprocidade e respeito. Aprender com os povos e comunidades tradicionais significa reconhecer e valorizar modos ancestrais de ser no mundo.

Para integrar esses modos de vida, destacam-se atividades como rodas de saberes, contação de histórias e práticas espirituais, que muitas vezes são conduzidas em parceria com mestres tradicionais e lideranças comunitárias e abordam temas como agroecologia e uso de plantas medicinais, conectando participantes com valores e cosmovisões que sustentam esses conhecimentos. As atividades com plantas medicinais, por exemplo, ensinam não apenas as propriedades curativas, mas também práticas de plantio, colheita respeitosa e rituais de agradecimento, reforçando a interdependência entre saúde humana e equilíbrio ambiental.

Outras práticas incluem a valorização de modos de produção agroecológicos, como sistemas agroflorestais e bancos de sementes crioulas, que promovem a soberania alimentar. Nos mutirões de roça, típicos de povos tradicionais, toda a comunidade colabora na preparação da terra e no cultivo, fortalecendo laços comunitários e garantindo a partilha intergeracional de saberes.

Em “**A terra dá, a terra quer**”, Antônio Bispo dos Santos explora a cosmogonia dos saberes tradicionais e os seus fazeres que transfluem, evidenciando a relação intrínseca entre a terra e as práticas culturais dos povos originários e comunidades tradicionais. O autor destaca a importância de respeitar e valorizar esses conhecimentos ancestrais, que se pautam numa perspectiva orgânica do mundo e por uma ética de reciprocidade com a natureza. A obra propõe um resgate e uma valorização desses saberes como fundamentais para a construção de modos de vida sustentáveis e para o fortalecimento das identidades culturais.

As práticas de valorização dos saberes tradicionais reforçam a identidade, a autoestima e a capacidade de resistência das comunidades. Integrar esses saberes na educação popular ajuda a construir uma visão de mundo que valoriza a diversidade. Reconhecer e valorizar os saberes ancestrais não apenas fortalece a conexão com a terra, mas também amplia as possibilidades de aprendizado contextualizado.

b. Promover igualdade racial com o protagonismo negro

A educação popular antirracista nutre-se da força das tradições e dos modos de viver e formas africanas e afro-brasileiras de interpretar o mundo. Cultiva processos educativos nos quais vozes silenciadas pela história colonial são ouvidas e celebradas e onde conhecimentos e visões de mundo contra hegemônicas são expressas. Este campo de prática, profundamente vinculado ao movimento negro, busca resgatar e valorizar os saberes ancestrais, promovendo uma educação que é, simultaneamente, um ato de resistência e uma efetivação da pluralidade.

Inspirada na pedagogia griô e nas práticas comunitárias, essa educação utiliza metodologias que valorizam a oralidade, a arte e as práticas culturais como recursos didáticos. A pedagogia griô, inspirada nos mestres da tradição oral africana, promove a partilha de conhecimento por meio de histórias, cantos, danças e rituais que conectam o passado ao presente, transformando o aprendizado em uma experiência viva e dinâmica.

Atividades culturais tornam-se ferramentas que conectam participantes com suas raízes culturais, por meio da expressão artística que se transforma em um ato político e pedagógico, reafirmando a importância de práticas culturais historicamente marginalizadas. Essas atividades incorporam histórias de resistência e resiliência do povo negro, ao mesmo tempo em que explicitam situações de discriminação e desigualdade históricas, promovendo reflexão crítica sobre a realidade social.

A educação popular antirracista transforma a realidade ao criar redes de apoio e fortalecimento para pessoas negras, que encontram nesses processos um senso de pertencimento e um suporte para suas trajetórias pessoais e comunitárias. A articulação com movimentos sociais, como organizações do movimento negro e associações comunitárias, fortalece a luta por direitos e a transformação social, utilizando a educação como um instrumento de resistência contra o racismo e a exclusão social.

PARA SABER MAIS

Em “Olhos d’Água”, Conceição Evaristo resgata a oralidade e a riqueza das vivências negras, alinhando-se com a ideia de uma educação antirracista que valoriza e celebra as histórias de resistência. Os contos capturam a realidade de diversas formas, desde a poesia até o relato cru da opressão, reforçando a importância de práticas culturais que são, ao mesmo tempo, educativas e políticas.

A Rede de Pedagogia Griô sistematizou um universo de saberes ancestrais, em que a educação se entrelaça com a arte, a oralidade e as tradições africanas. As obras celebram a resistência e a diversidade, oferecendo recursos que transformam o aprendizado em uma vivência comunitária. Acesse: <https://pedagogiagri.com/livros/>

C. Educar para a justiça socioambiental

Vivemos um momento crítico, marcado pelo colapso socioambiental, com mudanças climáticas e perda de biodiversidade que ameaçam a vida humana, tornando central a educação popular ambiental. Trata-se de uma educação que vai além da economia de recursos, integrando ciência e saberes tradicionais para promover práticas de adaptação nas comunidades, sendo capaz de abordar os sentimentos de preocupação com as consequências das mudanças climáticas e transformar a preocupação individual em mobilização comunitária para a transformação da realidade. Para isto é essencial acolher os saberes de grupos, territórios e povos mergulhados mais profundamente nas questões ambientais tais como os povos amazônicos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dos igarapés e maretórios.

Mutirões de limpeza de rios, praias e áreas urbanas ou plantios de árvores, não apenas coletam resíduos ou sequestram CO₂, mas também servem como momentos educativos que combinam ação direta com reflexão crítica sobre os impactos do consumo desenfreado e a importância de uma infraestrutura adequada para a gestão de

resíduos. Além disso, atividades como a captação de água da chuva, a construção de cisternas, a instalação de sistemas de energia solar e a produção de biodigestores desmistificam e adaptam essas técnicas para as realidades locais, podendo ser conectadas com saberes populares.

A ferramenta da pesquisa-ação pode ser útil para envolver participantes em todas as etapas de identificação, planejamento e implementação de soluções ambientais, como a recuperação de nascentes, a revegetação de áreas degradadas e a implementação de sistemas de saneamento ecológico. Essas práticas metodológicas visam a reflexão e a experimentação direta de soluções sustentáveis.

Ao integrar a educação ambiental com a educação popular, essas práticas transformam realidades ao promover uma mudança de mentalidade e comportamento em direção à sustentabilidade, especialmente valorizando conhecimentos tradicionais e fortalecendo os laços comunitários. A educação popular ambiental é um convite para cada pessoa assumir seu papel na construção de um futuro mais sustentável, onde o cuidado com o planeta se torna um ato diário e coletivo.

A mobilização coletiva emerge como um catalisador essencial para a transformação das estruturas que sustentam o colapso socioambiental, especialmente a lógica exploratória das grandes corporações no sistema capitalista. Embora ações locais e individuais, como a redução do consumo ou práticas de reciclagem, desempenhem um papel inicial importante na conscientização, elas são insuficientes para alterar a lógica consumista e degradadora em escala global. A educação popular ambiental pode servir como um ponto de partida, ao promover uma reflexão crítica sobre os impactos do consumo desenfreado e engajar as comunidades em práticas sustentáveis adaptadas às suas realidades.

Ações de mobilização, como campanhas de conscientização, protestos, formação de redes comunitárias e pressão sobre políticas públicas, não só elevam o nível de engajamento e poder social, mas também pavimentam o caminho para decisões estruturais que abordem as raízes dos problemas socioambientais. Esse engajamento coletivo é crucial para a construção de um novo paradigma que priorize o bem-estar socioambiental sobre os interesses corporativos, promovendo uma transição justa e sustentável que atenda às necessidades das gerações presentes e futuras. Com mobilização social em larga escala, articulando diversas frentes de ação e indivíduos em torno de uma consciência crítica e coletiva, é que se pode desafiar as bases do sistema econômico que privilegia o lucro sobre a sustentabilidade.

Em “**Educação Ambiental: A Formação do Sujeito Ecológico**”, Isabel Carvalho propõe uma visão transformadora da educação ambiental, voltada para a formação de sujeitos ativos e engajados, capazes de contribuir para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Argumenta que essa transformação depende de uma educação ambiental que seja crítica, participativa e conectada com as realidades locais e globais.

O repertório de educação socioambiental das Salas Verdes disponibiliza materiais que incentivam a participação social e a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano. É possível encontrar publicações que tratam de percepções de riscos climáticos, implementação de viveiros educadores, guias práticos para coletivos educadores e centros de educação ambiental, bem como sugestões para o envolvimento da comunidade. Acesse: <https://salasverdes.mma.gov.br/serie-repertorios-da-ea>

O “**Almanaque para Práticas Sustentáveis**” é um guia prático para incentivar mudanças comportamentais e de paradigmas voltadas à sustentabilidade. O manual propõe ações ecopedagógicas abordando temas como reeducação sustentável no cotidiano, alternativas de limpeza, transporte coletivo, e construção ecológica. Acesse: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/permacultura/praticas_sustentaveis.pdf

d. Juventudes e culturas periféricas

Imaginamos os saberes mobilizando e ativando as diversas formas de expressões culturais que compõem a vida; de forma espiralada e sinestésica. Para tanto, pensamos como fundamental refletir sobre os caminhos que desejamos para alcançar o sujeito integral, que se emancipa por intermédio da arte e cultura e do saber. Urge abriremos a cabeça para reinventarmos novas formulações, combinações, e mobilizarmos os sentimentos e desejos, para construirmos processos formativos, lugar de convergência das vivências cotidianas – éticas, lúdicas, sensíveis, políticas –, que abraça a todas as pessoas, acolha as sensibilidades e que toque os saberes por meio dos afetos.

Os processos que envolvem as culturas dos lugares periféricos, lugares que estão colocados nas bordas, precisam ser considerados como experiências fundantes; que promovem a reflexão e a escuta de mestras e mestres, das diversas formas de artes, das narrativas que estão emprenhadas de saberes cheios de sentidos.

PARA SABER MAIS

Em **“Querem Nos Calar: Poemas para serem lidos em voz alta”**, Mel Duarte amplifica a voz de mulheres periféricas. O livro captura a diversidade das vivências femininas, abordando temas como racismo, machismo e desigualdade social, alinhando-se com a ideia de uma educação que valoriza as narrativas marginalizadas e desafia as estruturas hegemônicas e opressoras.

A Viração Educomunicação oferece diversos materiais, incluindo cartilhas, guias, e conteúdos didáticos que abordam a valorização das expressões culturais das periferias com projetos de rádios comunitárias, podcasts, leitura crítica de mídia e outras iniciativas que estimulam comunidades a contar suas próprias histórias e desafiar as narrativas dominantes. Acesse: <https://viracao.org/>

A educação popular, ao se nutrir das experiências cotidianas e das expressões culturais das comunidades, encontra nas periferias urbanas e rurais um solo fértil para o aprendizado vivo e transformador. Nessas regiões, a cultura se manifesta de maneira multifacetada, por meio do *hip hop*, *slams*, sambadas, congadas, entre tantas outras formas de expressão, gerando oportunidades de aprendizado e mobilização social. O grafite transforma muros em telas que clamam por justiça e reconhecimento, enquanto os saraus comunitários emergem como espaços inclusivos para a troca de poesia, música e histórias de vida. Esses encontros, que podem ocorrer em praças ou vielas, envolvem participantes como protagonistas, promovendo a ocupação do espaço público, o fortalecimento da autoestima e a valorização das identidades coletivas. Nas periferias rurais, manifestações populares como as folias de reis, os cocos de roda e os maracatus preservam as tradições e os saberes locais, funcionando como uma ponte entre o passado e o presente das comunidades. Essas celebrações, que mesclam elementos religiosos e festivos, não apenas mantêm vivas as tradições, mas também educam, inspiram e mobilizam as comunidades para a ação coletiva e a valorização de suas raízes.

Para integrar essas expressões culturais na educação popular, é necessário adotar práticas metodológicas que reconheçam o conhecimento que emana das próprias comunidades. Atividades de educomunicação, como rádios comunitárias, canais de vídeo, *blogs* e *podcasts* produzidos pelas pessoas participantes, desafiam as narrativas hegemônicas e estimulam as comunidades a contarem suas próprias histórias, frequentemente marginalizadas.

A cultura popular, pulsando nas veias das periferias, carrega consigo o potencial transformador necessário para desafiar as desigualdades e promover uma verdadeira emancipação social. Ao incorporar a riqueza cultural das periferias nos processos educativos, abre-se o caminho para a construção de uma sociedade que reconheça e celebre suas múltiplas vozes e histórias, permitindo que as comunidades se tornem agentes de sua própria transformação.

e.

Articular a Educação Escolar com a Educação Popular

A educação escolar é também um campo de práticas da educação popular, que fertiliza as concepções de conhecimento presentes em todos os seus níveis - da educação infantil à universitária. É importante recriar na educação escolar os fundamentos da educação popular - a horizontalidade do diálogo, a relação com a realidade em sua multiplicidade, a perspectiva da práxis e da transformação social. Paulo Freire dialogou intensamente com educadores da escola formal quando apresentou sua crítica à educação bancária e propôs uma "Educação como Prática da Liberdade" onde os educandos são sujeitos da emancipação. Esse diálogo se intensificou quando de sua atuação como Secretário de Educação do Município de São Paulo (1989-1991).

A permeabilidade da educação escolar às concepções e práticas da educação popular vem se dando especialmente em contextos em que escolas e universidades buscam alcançar segmentos da população tradicionalmente excluídos dela. Assim, iniciativas como a alfabetização de jovens e adultos, os cursinhos populares e a educação do campo, entre outras, surgem como estratégias eficazes para conectar esses indivíduos ao sistema de educação escolar, além de promover consciência crítica e cidadania ativa.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das estratégias mais tradicionais da educação popular, destacando-se inúmeros movimentos de alfabetização. Realizada tanto em espaços formais como em espaços comunitários, vai além do ensino de leitura e escrita ao respeitar as experiências e os conhecimentos prévios dos participantes e promover círculos de cultura. Utilizando materiais didáticos que refletem a realidade e os desafios cotidianos da luta por direitos, com temas como saúde, habitação e trabalho, a alfabetização não só promove a inclusão educacional, mas também fortalece a leitura de mundo das pessoas para que participem ativamente na sociedade. Destaca-se o Movimento de Educação de Adultos (MOVA) que, assim como a EJA, se articula em Fóruns em muitos estados do Brasil.

Cursinhos populares preparam jovens de comunidades periféricas para os exames de acesso ao ensino superior. Esses cursinhos, geralmente organizados por coletivos de estudantes universitários e movimentos sociais, oferecem uma alternativa acessível e de qualidade ao sistema privado de ensino preparatório. Com uma abordagem pedagógica que privilegia o protagonismo estudantil, as aulas frequentemente adotam ferramentas que estimulam o pensamento crítico, o trabalho em grupo e a discussão de temas sociais relevantes por meio de coletivos de estudo e rodas de conversa.

Estes campos de práticas mostram que, ao construir pontes com a educação escolar, a educação popular desempenha um papel transformador ao democratizar o acesso ao conhecimento e às oportunidades educacionais. Muitas pessoas, ao se alfabetizarem ou ingressarem em universidades, tornam-se referências em suas comunidades e inspiram outras a seguir o mesmo caminho, gerando um ciclo virtuoso. Ao conectar práticas de educação popular com o sistema escolar formal de ensino, constrói-se um caminho de inclusão e participação cidadã que transforma realidades individuais e coletivas.

Numa perspectiva que reivindica os diversos saberes, os quais podem contribuir para uma formação crítica e criativa, numa perspectiva que estimule uma ecologia do conhecimento, faz-se importante que os espaços formais e não formais assumam um viés mais poroso, que tenham em sua base matricial os saberes que integram o território educativo.

PARA SABER MAIS

Em “Paixão de Conhecer o Mundo”, Madalena Freire apresenta uma visão da educação baseada no diálogo e na valorização das vivências das pessoas. Ela relata suas experiências pedagógicas e defende que o processo de aprendizagem deve ir além da simples transmissão de conteúdos, envolvendo a curiosidade e o prazer de aprender, estimulando a autonomia e o desenvolvimento integral.

f.

Tecer redes em um mundo digital

No mundo contemporâneo, a tecnologia digital permeia quase todos os aspectos da vida e oferece um vasto campo de oportunidades para expressão, mobilização e construção de novas realidades. A educação popular pode aproveitar parte dessas circunstâncias para promover o uso de ferramentas digitais de maneira crítica e criativa.

Inicialmente pensada como algo essencialmente presencial, a educação popular e a construção coletiva do conhecimento vêm sendo experimentadas em cursos e atividades educativas *on-line* através do uso de mesas redondas, de salas para debates em grupos, de telas para a escrita coletiva. Realizam-se processos e itinerários formativos onde são articulados momentos ou atividades virtuais com a realização de grupos presenciais, de forma a levar o conhecimento neles produzido para o ambiente virtual mais amplo, o qual favorece a amplitude destes momentos permitindo ainda baratear processos formativos de amplo alcance.

No contexto da crescente digitalização da sociedade, a educação popular enfrenta o desafio de se adaptar ao ambiente digital. Assim, a inclusão digital torna-se essencial para garantir o acesso à informação e à participação cidadã. Além disso, a educação popular no mundo digital pode desempenhar um papel importante na prevenção do discurso de ódio, desinformação e extremismo, ao facilitar o diálogo e a compreensão entre diferentes grupos sociais.

Uma das metodologias para tecer redes em um mundo digital é a realização de atividades de experimentação criativa e uso crítico das tecnologias. Aprender a gerenciar uma página em redes sociais, por exemplo, pode estimular um grupo comunitário a divulgar suas ações, mobilizar recursos e engajar mais pessoas em suas causas. Além do domínio técnico e criativo, é essencial adotar uma postura analítica, com atividades voltadas para a leitura crítica da mídia e o combate à desinformação, nas quais os participantes aprendem a identificar notícias falsas, verificar fontes e analisar o conteúdo consumido nas redes.

A educação popular no mundo digital não apenas possibilita que as pessoas participantes usem as tecnologias de forma autônoma, mas também incentiva o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas adaptadas às necessidades locais. Encontros comunitários, nos quais programadores, designers e moradores colaboram para criar soluções para problemas específicos da comunidade, são uma maneira criativa e colaborativa de inovar. Essas iniciativas podem resultar na criação de aplicativos e outras ferramentas que facilitem o acesso a serviços e bens públicos.

O governo federal disponibiliza ainda uma ferramenta digital que permite à população contribuir com a formulação e melhoria das políticas públicas. Trata-se da plataforma Brasil Participativo (Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/>), que oferece espaços virtuais onde as pessoas podem apresentar propostas, expressar suas opiniões e influenciar decisões governamentais sobre políticas públicas. Além disso, a plataforma Brasil Participativo disponibiliza dados e processos gover-

PARA SABER MAIS

O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social disponibiliza diversos materiais que abordam a democratização da comunicação e o direito à informação. Atua em projetos que estimulam comunidades a utilizar as ferramentas digitais de forma crítica, promovendo a inclusão digital e a pluralidade de vozes, e desafiando a concentração midiática e as narrativas dominantes. Acesse: <https://intervozes.org.br/>

amentais para o público, permitindo que qualquer cidadão acesse informações relevantes e participe de consultas públicas, conferências e outros processos participativos.

Essas práticas transformam a realidade ao expandir o acesso ao conhecimento, à informação e à participação cidadã, conectando as comunidades às oportunidades oferecidas pelo mundo digital. Aqui reside, porém, um grande desafio na medida em que parte significativa da população ainda dispõe de pouco ou nenhum acesso a ferramentas digitais.

No campo digital, assim como nas ruas e nas praças, a educação popular continua a ser um poderoso instrumento de transformação, articulando grupos para acessar ferramentas digitais, conectando lutas locais com movimentos globais e tornando o aprendizado um ato de criação coletiva. Ao tecer redes digitais inclusivas e solidárias, a educação popular amplia os horizontes das comunidades, fortalece a voz dos indivíduos e promove a construção de uma cidadania engajada.

g. Construir coletivamente a saúde para bem viver

O campo da educação popular em saúde fundamenta-se na promoção do bem-estar coletivo, na valorização dos saberes locais e na construção de práticas de cuidado acessíveis, inclusivas e culturalmente sensíveis, abrangendo não apenas o corpo físico, mas também as dimensões emocional, mental, social e espiritual do ser humano. Cuidar, nesse contexto, é um ato transformador que vai além do tratamento de doenças; é uma prática que fortalece vínculos, promove a autonomia e fortalece as comunidades como promotoras de saúde.

Os grupos de apoio são uma metodologia comum, oferecendo oportunidades para que participantes compartilhem experiências, dialoguem sobre desafios e construam soluções coletivas para questões de saúde e bem-estar. Neles, a escuta ativa destaca-se como a principal ferramenta de cuidado, permitindo que cada participante expresse suas vivências e receba apoio do grupo. Essas rodas frequentemente abordam temas como saúde mental, autocuidado e manejo do estresse, além de incorporar práticas integrativas de cuidado pessoal, como técnicas de respiração e meditação.

A valorização dos saberes tradicionais e das práticas integrativas e complementares é uma característica marcante da educação popular em saúde, que oferece abordagens acessíveis e culturalmente sensíveis para o bem-estar. Atividades de fitoterapia, por exemplo, ensinam a identificar, colher e preparar plantas medicinais para tratar condições comuns, combinando o conhecimento tradicional com orientações baseadas em evidências científicas. Essas práticas não apenas ampliam as opções de cuidado, mas também fortalecem a autonomia dos indivíduos e das comunidades, promovendo uma visão de cuidado que é, ao mesmo tempo, local e transformadora.

Na educação popular em saúde, o cuidado estende-se além do nível individual, abordando os determinantes sociais da saúde, como moradia, saneamento, educação, segurança e acesso a serviços públicos. Entender que a saúde é influenciada por fatores sociais, econômicos e ambientais é central para construir uma oportunidade de aprendizagem e transformação. A educação popular se engaja na luta por direitos, mobilizando a comunidade para reivindicar melhorias nas condições de vida que afetam diretamente a saúde e o bem viver. Campanhas por saneamento básico, acesso à água potável, condições dignas de habitação e segurança alimentar não são apenas reivindicações, mas momentos educativos que demonstram a interconexão entre saúde e justiça social.

PARA SABER MAIS

O Laboratório de Pesquisa sobre Práticas de Integralidade em Saúde desenvolve ações para fortalecer a educação permanente e a incorporação de novas tecnologias para aprimorar o cuidado e a integralidade no Sistema Único de Saúde. Acesse: <https://lappis.org.br>

Cuidar para transformar, na educação popular, é mais do que tratar doenças; é construir comunidades saudáveis, resilientes e autônomas, onde o cuidado é uma responsabilidade coletiva e compartilhada. Ao integrar práticas de autocuidado, valorização dos saberes tradicionais, justiça social e sustentabilidade, a educação popular em saúde transforma o ato de cuidar em ação coletiva. Ela desafia as barreiras entre profissionais e pacientes, criando uma abordagem colaborativa que une o saber técnico aos saberes populares para construir soluções inovadoras e relevantes. Assim, promove-se não apenas a saúde física, mas um bem-estar amplo, que engloba dignidade, solidariedade e bem viver para todos.

h. Educar para a diversidade e igualdade de gênero como formas de (re) existência

O corpo é um espaço onde reside a memória, memória que se acumula pela sucessão de experiências apreendidas; de outro modo, a corporeidade é constituída por intermédio das ações. Por isso, é preciso trazer essa primeira reflexão do corpo como um espaço lacunar, um entrelugar ou um permeio, que anuncia o dilema de um corpo que se desloca de maneira diversa, mas que muitas vezes se vê silenciado. De um corpo no singular migra-se para um que é plural e que parece gerar a ação necessária de processos criativos (inaugurais). O corpo é um espaço (lugar) onde acontecem múltiplos deslocamentos. Ele é palco de embates discursivos cujo sentido está além da atuação binária, tradicional e homogênea, que imputa de um lado o feminino e do outro o masculino.

A educação popular feminista e para a diversidade de gênero se apresenta como um campo de práticas inspirado pelas ações dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Essa abordagem busca romper com as hierarquias de poder baseadas no gênero, promovendo a igualdade e a justiça social por meio de processos de aprendizagem que valorizam as vivências de mulheres, pessoas trans, não-binárias e outras identidades marginalizadas.

As rodas de conversa são ferramentas da educação popular feminista, pois possibilitam a construção coletiva do conhecimento a partir da escuta ativa e do diálogo horizontal. Nessas atividades, temas como violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva, machismo, transfobia e racismo são abordados de maneira crítica, proporcionando um ambiente seguro para que as participantes compartilhem suas experiências, aprendam umas com as outras e desenvolvam estratégias coletivas de (re) existência. Práticas de autocuidado e cuidado coletivo emergem como respostas diretas às múltiplas formas de violência enfrentadas, ajudando a fortalecer autoestima e poder pessoal para a sobrevivência em contextos de opressão. São oportunidades também para reconhecer a diversidade entre as mulheres, perspectivas interseccionais entre as múltiplas formas de opressão vividas pelas mulheres negras, indígenas, dos campos, florestas e águas, das cidades, diferentes gerações, classes sociais, ocupações etc.

A arte é uma ferramenta poderosa na educação popular feminista, pois permite a expressão de experiências de vida e a contestação de normas sociais de maneira acessível e impactante. Essas práticas não apenas educam, mas também inspiram e mobilizam, transformando espaços públicos em arenas de resistência e ressignificação de identidades. Redes de mentorias são práticas usadas para conectar mulheres e pessoas LGBTQIA+ em diferentes estágios de suas jornadas, oferecendo apoio mútuo, troca de conhecimentos e orientação. Ao promover encontros regulares, ses-

sões de partilha e estudo, essas redes funcionam como espaços de fortalecimento coletivo, onde o aprendizado é contínuo e a solidariedade serve como base para a construção de uma educação transformadora.

A educação popular feminista e para a diversidade de gênero não é apenas uma resposta às desigualdades; trata-se de um campo de práticas que desafia as normativas sociais patriarcais e racistas propondo novas formas de coexistência baseadas no respeito, equidade, solidariedade, cuidado e justiça social. Ao incorporar as experiências e os saberes de mulheres, pessoas trans e outras identidades de gênero, essa abordagem amplia o horizonte da educação popular, convidando participantes a questionarem suas próprias percepções e a construir, coletivamente, um mundo em que todas as formas de ser e existir são valorizadas.

PARA SABER MAIS

Em “Pedagogia Feminista Negra: Primeiras Aproximações”, Carolina Pinho e Tayná Mesquita apresentam uma abordagem educativa com foco na desconstrução de hierarquias de poder baseadas em raça e gênero. Propõem uma educação antirracista e feminista que valoriza os saberes e as vivências de mulheres negras para valorizar identidades marginalizadas e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

i. Cooperar para gerar uma economia solidária

Em contraposição à economia capitalista, que privilegia o indivíduo e a competição pelo lucro, a economia solidária coloca no centro a cooperação e a justiça social. No contexto da educação popular, trata-se da valorização do trabalho coletivo, do respeito à diversidade e da autonomia das comunidades. Dessa forma, promovem-se práticas econômicas voltadas não apenas para a geração de renda, mas também para o fortalecimento dos laços comunitários e a construção de novas formas de convivência e trabalho coletivo.

Uma das ferramentas mais emblemáticas desse campo de práticas é a feira de trocas. Nessas feiras, bens e serviços são trocados diretamente, sem a intermediação do dinheiro. Mais do que simples eventos de escambo contemporâneo, são momentos de encontro, partilha e aprendizado, em que as pessoas trocam desde alimentos e roupas até habilidades e conhecimentos. Organizar uma feira de trocas envolve mobilizar a comunidade para identificar o que cada pessoa necessita e pode oferecer, além de estimular o compartilhamento de histórias, receitas, dicas e experiências, reforçando os laços comunitários.

A cooperativa é outra metodologia consagrada da economia solidária, caracterizando-se como uma forma de organização econômica baseada na autogestão. Em uma cooperativa, todas as pessoas têm voz nas decisões e compartilham os benefícios do trabalho coletivo, seja na forma de renda, produtos ou serviços. Já os bancos comunitários e as moedas sociais são inovações da economia solidária que fortalecem economias locais e promovem inclusão financeira. Um banco comunitário é uma instituição financeira gerida pela comunidade que oferece serviços de poupança e financiamento. As moedas sociais circulam na comunidade, incentivando o consumo de produtos e serviços locais e mantendo a riqueza no território.

A economia solidária, quando integrada à educação popular, desafia as estruturas de poder e as relações de exploração do capitalismo, promovendo formas de organização democráticas, transparentes e participativas. Ela reconhece que o trabalho é uma fonte de dignidade e realização humana e que todos têm o direito a condições de trabalho justas e a uma vida digna. Ao fomentar novas práticas econômicas, a economia solidária transforma o ato de produzir e consumir em um movimento de resistência e construção de novas possibilidades de vida coletiva para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

PARA SABER MAIS

A associação Agricultura Familiar e Agroecologia disponibiliza em sua biblioteca digital materiais com enfoque da educação popular para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade. Há cartilhas sobre plantas medicinais, reuso da água, diagnóstico participativo, produção agroecológica e outras tecnologias sociais. Acesse: <https://aspta.org.br/biblioteca/>

j.

Mediar conflitos para fortalecer a democracia

No contexto contemporâneo, marcado por fundamentalismos e intensa polarização, a educação popular se revela como uma oportunidade para promover o diálogo e a ação coletiva em prol de uma sociedade mais democrática. Nesse sentido, se dedica a criar processos dialógicos, nos quais as diferenças possam ser respeitadas e abordadas de forma construtiva, promovendo o reconhecimento e a compreensão mútuos.

Nesse sentido, a mediação de conflitos é metodologia útil, permitindo que participantes desafiem narrativas polarizadoras e desenvolvam habilidades de comunicação não-violenta. Assim, a educação popular pode contribuir para a prevenção do discurso de ódio e do extremismo, promovendo o pensamento crítico e o diálogo entre os participantes. A organização de diálogos inter-religiosos, eventos culturais e projetos colaborativos que envolvem diferentes grupos sociais são iniciativas que

ajudam a construir pontes de entendimento e respeito mútuo. Essas atividades não só desconstróem preconceitos, como também fortalecem laços sociais, desafiando discursos de ódio e promovendo uma convivência pacífica e democrática.

Tais ações de diálogo também podem ser eficazes no combate à desinformação, ao promoverem o acesso a informações confiáveis e o desenvolvimento de habilidades para lidar de forma crítica com o contexto da informação e comunicação.

Assembleias populares são exemplos de práticas que desafiam as estruturas de poder sem recorrer à violência, mostrando que é possível engajar-se na política de maneira construtiva e democrática. Nesses encontros, a comunidade se reúne para discutir e tomar decisões sobre questões de interesse comum. São igualmente valiosas as ações que ampliam a vivência em instâncias de participação social, estimulando o protagonismo comunitário e o fortalecimento da democracia em suas bases

Com práticas como essas, a educação popular responde aos desafios da polarização, do extremismo e desinformação, e potencializa a emancipação e a cidadania ativa. A educação popular transforma a realidade das comunidades quando é capaz de promover a mediação de conflitos e as decisões coletivas. Ela engaja participantes em processos de transformação social que fortalecem a democracia e promovem uma cultura de participação cidadã em todas as esferas da vida comunitária, inclusive em mecanismos formais de interação da sociedade com o Estado.

k. Educar em direitos humanos

A educação em direitos humanos em processos educativos que abordem temas como liberdade de expressão, respeito às diferenças e combate a toda forma de discriminação pode fortalecer a democracia em sua plenitude e estimular a resistência a discursos autoritários e excludentes. Em um mundo em que violações de direitos continuam a ser uma realidade cotidiana, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social, a educação popular emerge como uma poderosa aliada na defesa dos direitos humanos.

Metodologias centradas na reflexão crítica são amplamente utilizadas na educação em direitos humanos, permitindo que pessoas participantes reflitam sobre suas próprias realidades e identifiquem as violações de direitos que as afetam diretamente. O teatro do oprimido, por exemplo, facilita essa reflexão e promove um entendimento profundo dos direitos básicos — como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. A abordagem da educação popular em direitos humanos não se limita ao conhecimento teórico; ela busca estimular os participantes a agir, a se organizar coletivamente e a lutar pelos seus direitos e pelos direitos dos outros.

No contexto das práticas defensoras de direitos humanos, destacam-se as iniciativas de formação e apoio a defensores comunitários. Esses defensores, que frequentemente emergem de suas próprias comunidades, atuam na linha de frente, denunciando abusos, protegendo vítimas e promovendo mudanças nas políticas públicas. A criação de espaços seguros, onde defensores possam compartilhar suas experiências e desafios, é crucial para a continuidade e a eficácia de suas ações, especialmente em contextos de risco e de alta pressão. Além disso, essas redes funcionam como uma barreira protetora contra o isolamento e a vulnerabilidade que muitas vezes acompanham a atuação em defesa dos direitos humanos.

A educação em direitos humanos também se articula com o sistema de justiça, promovendo práticas que visam aproximar as comunidades de seus direitos legais e do acesso à justiça. As promotoras legais populares desempenham um papel crucial nesse campo, atuando como pontes entre o sistema de justiça e as comunidades vulnerabilizadas. Essas ações visam desmistificar a legislação, tornando-a mais acessível e compreensível para que todas as pessoas possam efetivar direitos perante o sistema legal.

A educação em direitos humanos na educação popular transforma realidades ao fortalecer as comunidades para serem protagonistas na defesa de seus próprios direitos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao proporcionar conhecimentos e vivências que fortalecem indivíduos e coletivos, essas práticas desafiam as estruturas de opressão e promovem a ação coletiva em defesa da dignidade e da justiça social.

4.2. Conectar práticas em percursos metodológicos

A educação popular é marcada por uma diversidade de práticas e metodologias que se entrelaçam para construir processos formativos significativos. Métodos como rodas de conversa, teatro, música, danças, narrativas orais e práticas de autocuidado não apenas ampliam as possibilidades pedagógicas, mas também fortalecem a relação entre diferentes saberes.

Conectar essas práticas em percursos metodológicos significa articular diferentes abordagens para criar experiências educativas mais coerentes e transformadoras. Para isso, é essencial reconhecer as interseções entre raça, gênero, direitos humanos, cultura e sustentabilidade, promovendo ações que dialoguem entre si.

Por exemplo, uma roda de conversa sobre equidade de gênero pode se integrar a práticas culturais, como a literatura de cordel e o teatro do oprimido, ampliando a compreen-

são e a expressão das pessoas participantes. Da mesma forma, iniciativas de economia solidária podem se conectar com a educação ambiental, fortalecendo o compromisso com a sustentabilidade.

A construção de percursos metodológicos na educação popular exige um olhar atento às especificidades de cada contexto, mas também abertura ao diálogo entre diferentes saberes e práticas. Isso permite criar processos educativos que vão além da mera transmissão de conhecimento, tornando-se espaços de produção coletiva e transformação social.

4.3. Metodologia da práxis: organizar, implementar e avaliar percursos metodológicos

A construção de um percurso metodológico parte do princípio de que o conhecimento se constrói na interação entre a teoria e prática, sempre com o objetivo de promover mudanças concretas. Trata-se, portanto, de uma **metodologia da Práxis** que procura fundamentar a educação popular por meio da proposição de um ciclo contínuo e dinâmico de ação, reflexão e volta à ação tendo em vista a transformação da realidade, representado por esquemas didáticos como "prática-teoria-prática" ou "ação-reflexão-ação". Portanto, mais do que um simples conjunto de etapas, todo percurso metodológico é um guia flexível que viabiliza o planejamento de atividades educativas, sejam elas pontuais ou de longa duração, seguindo a lógica da "ação-reflexão-ação". Esse percurso pode ser dividido em três momentos fundamentais:

a. Partir da prática

Toda ação educativa deve começar a partir da realidade concreta. Isso significa que o planejamento pedagógico precisa levar em conta as experiências, vivências e desafios das pessoas participantes. Esse primeiro momento envolve:

- ★ **Leitura da realidade:** compreender o contexto dos participantes, suas expressões culturais, suas condições sociais e suas demandas.
- ★ **Investigação prévia:** realizar diagnósticos participativos, pesquisas sobre o universo vocabular, círculos de cultura e conhecer as dinâmicas dos grupos envolvidos.
- ★ **Construção coletiva de conhecimento:** promover atividades que incentivem o compartilhamento de saberes, como rodas de conversa, ações culturais e narrativas orais.

Partir da prática permite que a educação seja significativa para os sujeitos envolvidos, estabelecendo um ponto de partida que respeita suas experiências e potencializa sua participação no processo de aprendizagem.

b. Reflexão crítica

Concluído o momento anterior, é fundamental aprofundar o trabalho coletivo por meio de um processo de análise das informações coletadas, e, portanto, de uma leitura mais aprofundada sobre a realidade que se deseja transformar. Esse momento pode envolver:

- ★ Debates e análises coletivas: incentivar a problematização das experiências vividas.
- ★ Diálogo com saberes científicos e acadêmicos: conectar a prática com o pensamento teórico, sem hierarquizar os diferentes tipos de conhecimento.
- ★ Uso de métodos participativos de diagnóstico e análise de problemas, a pesquisa participante, o Teatro do Oprimido e outras técnicas vivenciais, as mesas redondas, mentorias, compartilhamento de experiências exitosas, palestras, conferências, roteiros para leituras etc.

Este momento culmina com a elaboração de uma síntese do conhecimento produzido por meio da formulação de projetos, programas, e/ou estratégias de ação pautados pela criatividade e a inovação, onde são apresentadas soluções possíveis às perguntas problematizadoras.

Ao contrário de uma perspectiva basista, a educação popular não elimina o papel da teoria, do educador (a), do assessor (a), da leitura e estudo de análises teóricas. Ao contrário, ela vincula a reflexão teórica à realidade concreta incentivando um olhar crítico e propositivo.

c. Retornar à prática

A práxis não se encerra na reflexão; ela retorna à prática com novas possibilidades de ação. Esse momento final busca:

- ★ Criar estratégias para transformar a realidade: a partir das reflexões, as pessoas devem construir propostas concretas para intervir no contexto estudado.

- ★ Estimular a criatividade e a inovação: elaborar projetos, construir coletivamente soluções e expressar aprendizados por meio de múltiplas linguagens (escrita, teatro, música, poesia e arte visual).
- ★ Sistematizar a experiência: registrar e compartilhar aprendizados para fortalecer as práticas futuras.

Esse retorno à prática consolidada em ação é o que diferencia a educação popular de modelos tradicionais de ensino. O conhecimento não é apenas adquirido, mas aplicado de forma crítica, promovendo mudanças na realidade social.

4.4. Como planejar e avaliar percursos metodológicos na Educação Popular?

Para que um percurso metodológico seja efetivo (eficaz e eficiente), é essencial um planejamento dinâmico e flexível, que considere as especificidades de cada grupo e contexto. Nesse sentido, dois aspectos se destacam:

1. Planejamento e replanejamento

O planejamento inicial deve contemplar a realidade das pessoas participantes, seus desafios e as melhores estratégias para promover o diálogo e a troca de saberes. No entanto, o replanejamento contínuo é fundamental. Ao longo do processo educativo, é preciso estar aberto a ajustes, incorporando novas demandas e aprendizagens emergentes, incentivando a explicitação de sonhos e propostas, individuais e coletivos, como parte do planejar participativamente.

2. Avaliação como parte do processo

A avaliação na educação popular não deve ser um momento isolado, mas um processo contínuo, integrado a cada etapa da aprendizagem. Diferentes estratégias podem ser utilizadas:

- ★ **Avaliação participativa:** envolver as pessoas na análise do percurso educativo, garantindo que suas vozes sejam ouvidas.
- ★ **Uso de linguagens diversificadas:** avaliações podem ser feitas por meio de rodas de conversa, expressões artísticas, registros escritos ou métodos visuais.
- ★ **Monitoramento contínuo:** integrar momentos de reflexão ao longo do processo para que melhorias possam ser feitas em tempo real.

Ao relacionar percursos metodológicos com diferentes campos de prática, educadoras e educadores podem criar experiências formativas mais dinâmicas, conectadas com a realidade das pessoas participantes e comprometidas com a transformação social.

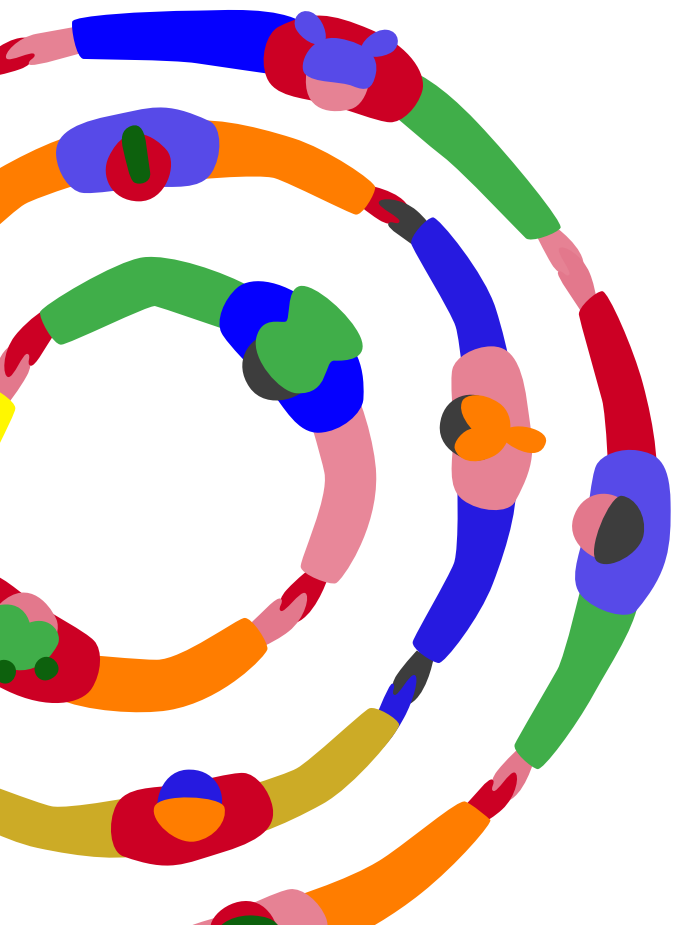
A educação popular não se limita a um conjunto de métodos fixos, mas se constrói a partir das realidades, saberes e experiências das comunidades. Conectar práticas em percursos metodológicos significa articular diferentes abordagens para ampliar as possibilidades de aprendizagem e promover mudanças concretas.

O ciclo prática-reflexão-prática não apenas estrutura o processo formativo, mas garante que ele seja um instrumento de emancipação. Quando aliada a um planejamento cuidadoso e avaliações participativas, a educação popular se fortalece como um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e justa.

A partir dessa compreensão, torna-se evidente que a estruturação de percursos metodológicos demanda uma abordagem sistemática que articule teoria e prática de maneira dinâmica. Conectar práticas em percursos metodológicos na educação popular envolve a articulação de diversos momentos que orientam os processos formativos, visando potencializar a transformação social por meio de um diálogo contínuo entre teoria e prática. Essa abordagem reconhece a necessidade de um planejamento sistemático e colaborativo que considere as especificidades dos contextos e as experiências das comunidades envolvidas, promovendo uma educação emancipadora.

O percurso metodológico é mais do que uma simples sequência de etapas; ele serve como um guia para atividades pontuais ou processos continuados, em que cada fase pode representar um momento específico de uma atividade ou parte de um processo de aprendizagem mais abrangente. Essa estrutura permite que as pessoas construam coletivamente o conhecimento, integrando saberes populares e acadêmicos, e respondendo de maneira contextualizada aos desafios enfrentados pelas comunidades.

As ações formativas na educação popular podem ser estruturadas por meio de um percurso metodológico composto por momentos interligados, que proporcionam uma experiência educativa integral e coerente:

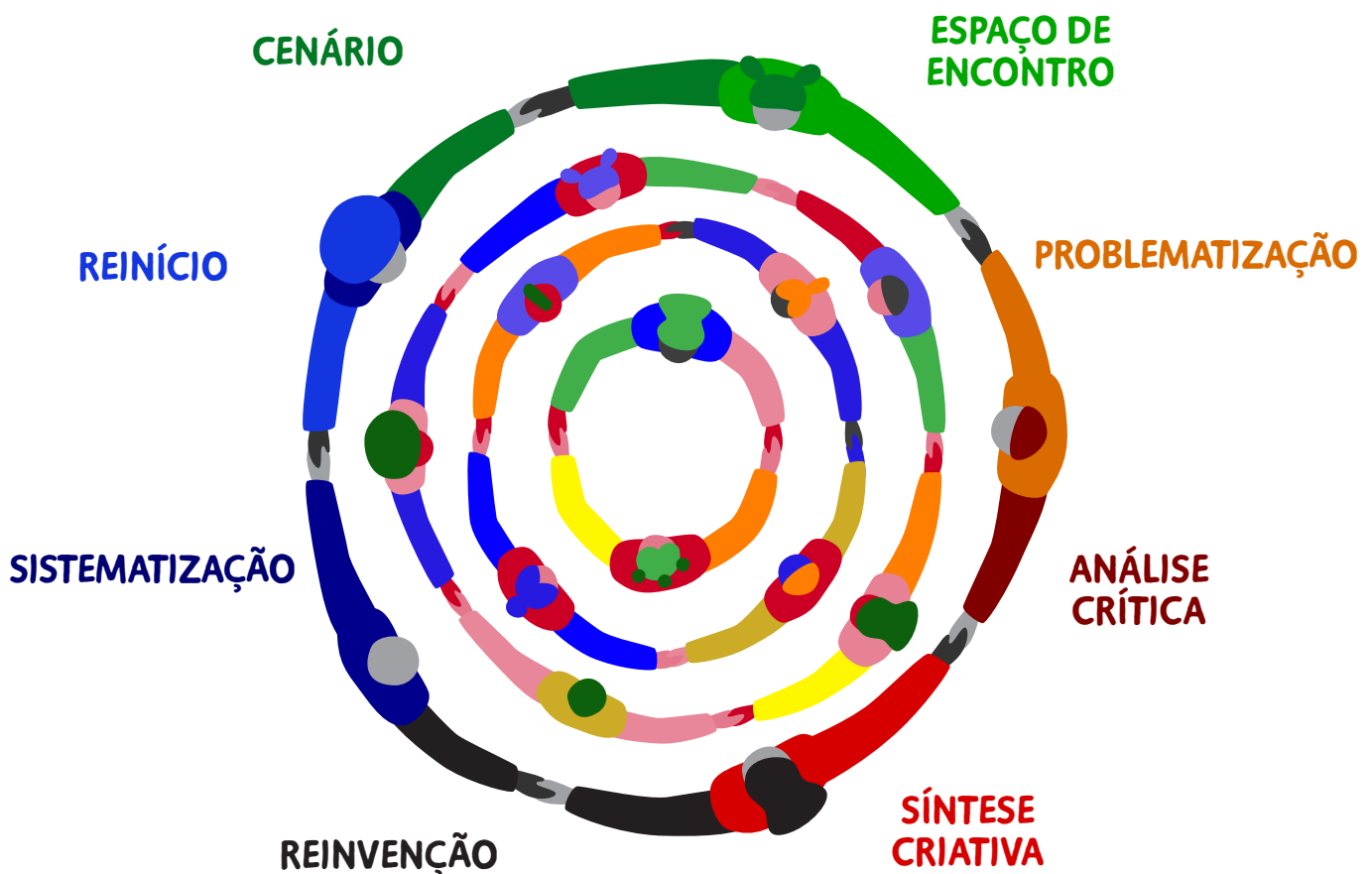


- 1. Cenário:** O percurso inicia-se com o reconhecimento da coletividade como um espaço de convergência entre sonhos e realidades. Este cenário estabelece um ambiente de esperança e motivação, em que as pessoas participantes são incentivadas a visualizar a transformação social que desejam alcançar. Este momento cria as condições para que os indivíduos se sintam parte de um projeto coletivo, cultivando um senso de pertencimento e propósito que impulsiona o processo de aprendizagem.
- 2. Espaço de encontro:** A articulação e mobilização de parceiros e sujeitos políticos ocorre nesta etapa, promovendo a construção coletiva e sistemática de objetivos comuns. Este é o momento de engajamento coletivo, em que se reconhecem os percursos históricos e as lutas que antecedem o momento presente, conectando as ações atuais com um legado de resistência e transformação. A criação de espaços de encontro fortalece o diálogo e a escuta ativa, essenciais para a construção de um processo educativo participativo e inclusivo.
- 3. Problemática:** Este momento é o núcleo crítico do percurso metodológico, dedicado à identificação e análise dos objetos da ação. Por meio da reflexão coletiva, as pessoas participantes são incentivadas a questionar as causas dos problemas identificados e a reinterpretar seus significados, permitindo que a ação educativa seja direcionada para as causas dos problemas sociais.
- 4. Análise crítica:** Neste momento, teoria e prática se encontram em uma interação dinâmica. As reflexões teóricas ou analíticas devem ser ajustadas, relevantes e capazes de responder aos desafios identificados durante a problematização. Este momento reforça a importância da ética e da coerência no processo educativo, considerando as experiências acumuladas e as expectativas da comunidade.
- 5. Síntese criativa:** Neste momento as pessoas trabalham para definir propostas e ações, fortalecendo o senso de pertencimento, a coesão grupal, o diálogo e o apoio mútuo entre os diferentes atores e redes da sociedade civil. Este é um momento de planejamento, experimentação e inovação, em que as soluções são construídas coletivamente e de forma adaptativa, ampliando as possibilidades de ação transformadora e de emancipação humana e social.
- 6. Reinvenção:** Uma vez colocadas em prática as soluções construídas, a avaliação crítica das atividades realizadas é fundamental para a reinvenção das práticas educativas. Neste momento, analisa-se os resultados alcançados e os desafios que persistem, permitindo ajustes e melhorias contínuas. A reinvenção vai além de um simples ajuste técnico; é uma oportunidade de renovar o compromisso com a transformação social e reimaginar novas possibilidades de ação, mantendo a educação popular viva, dinâmica e responsiva às mudanças no contexto.

7. Sistematização: a sistematização das experiências vivenciadas possibilita a colheita e amplificação de aprendizados. Documentar e analisar criticamente as ações permite uma reflexão participativa que fortalece o conhecimento coletivo e promove a disseminação dos saberes gerados para outros contextos e comunidades. A sistematização transforma as experiências em recursos valiosos que podem inspirar e orientar futuras ações, criando um ciclo virtuoso de aprendizagem e transformação.

8. Reinício: Todo processo educador ancorado na práxis, é sempre deflagrador de novas fases de desenvolvimento e envolvimento das pessoas participantes.

Ao integrar esses momentos em percursos metodológicos, a educação popular amplia seu potencial transformador, conectando práticas que respondem às necessidades específicas das comunidades e fortalecendo redes de ação coletiva. Por isso, o desafio de conectar práticas em percursos metodológicos envolve a capacidade de adaptar e reinventar metodologias de acordo com as necessidades e demandas das comunidades. Isso pode ser alcançado por meio de processos participativos de planejamento, em que educadoras, educadores e participantes cocriam os percursos educativos que refletem realidades locais e promovem a emancipação.





PRA VOLTAR
A SONHAR

DESAFIOS ATUAIS

Este Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas foi atualizado e ampliado na escuta de centenas de educadoras e educadores das redes de educação popular, tanto da sociedade civil quanto do governo federal. Neste processo buscou-se identificar e refletir sobre desafios que se colocam no momento atual e precisam ser enfrentados para fortalecer a educação popular e ampliar sua capilarização nos territórios.

Embora chegando a uma melhor formulação, estes desafios permanecem desafiando, e queremos pontuá-los:

★ **Como lidar com a diversidade e ampliar a inclusão?**

Reflexões oriundas da educação popular feminista, antirracista e ambiental vêm ampliando a compreensão sobre desigualdades estruturais e formas de exclusão. O desafio é ampliar a compreensão de invisibilidades mais específicas e construir práticas educativas e espaços de escuta e participação efetiva para esses grupos, promovendo processos formativos que respeitem suas realidades, culturas e modos de organização. Isso exige metodologias mais flexíveis, dialógicas e comprometidas com a construção coletiva do conhecimento, assegurando que a educação popular continue sendo um instrumento de emancipação social.

★ **Como fazer comunicação em contexto midiático e polarizado?**

Superar a polarização política e cultural requer estratégias inovadoras de mediação de conflitos e escuta ativa, que possibilitem reconstruir pontes entre diferentes segmentos sociais. É necessário ainda fortalecer práticas de letramento midiático e digital, estimulando uma leitura crítica das informações e criando espaços de debate fundamentados na pluralidade e no respeito às diferentes experiências e vivências.

Processos participativos mais recentes buscam cada vez mais combinar formas presenciais e digitais e assim ampliar o alcance dos mesmos. Assim também a Educação Popular ao se utilizar de tais recursos também amplia sua capilaridade e contribui no sentido de incluir processos formativos dos sujeitos de tais processos participativos. Adicionalmente os recursos hoje disponíveis da Inteligência Artificial trazem novas potencialidades e desafios metodológicos para as práticas de educação popular.

Como desenvolver educação popular no terreno das mídias e plataformas digitais numa perspectiva dialógica e estimulando a autonomia e pensamento crítico dos sujeitos envolvidos? Estas são algumas das questões a desafiar nossa criatividade como educadores (as) populares neste período de tão grandes e aceleradas transformações tecnológicas.

★ **Como a Educação Popular pode fortalecer a participação democrática?**

Os desafios da diversidade e do diálogo revelam tensões fundamentais para a construção da democracia participativa. A Educação Popular, ao atuar diretamente nos territórios, tem o potencial de qualificar e expandir os processos participativos, tanto no nível nacional quanto no local. Sua metodologia, baseada na práxis e na construção coletiva do conhecimento, oferece caminhos para que políticas públicas sejam formuladas de maneira mais democrática e conectada às realidades sociais.

Partir de um conhecimento aprofundado das práticas sociais e das necessidades dos territórios permite que propostas sejam construídas coletivamente, incorporando os diversos atores sociais na definição das políticas que impactam suas vidas. Esse movimento fortalece a democracia, ampliando a participação cidadã e promovendo uma sociedade mais inclusiva e plural.

A Educação Popular, portanto, continua sendo um instrumento essencial para o fortalecimento da democracia e da justiça social, reafirmando seu compromisso com a transformação da realidade e a construção de um Brasil mais participativo e equitativo.

★ **Como a Educação Popular pode contribuir na construção de novas utopias emancipatórias?**

Para além da construção democrática os processos formativos na perspectiva da Educação popular têm o grande desafio de vincular-se ao processo de construção social de utopias emancipatórias que consigam explicitar projetos de sociedade e de ser humano capazes de dar sentido e significado às nossas lutas contra a hegemonia do capitalismo neoliberal.

Paradigmas como do Bem Viver, do Ecosocialismo, da Economia de Francisco e Clara são algumas destas construções. Estas e outras formulações nesta mesma direção nos movem para além do imediatismo de nossas lutas e abrem a perspectiva de conectá-las à uma perspectiva de futuro para os sujeitos envolvidos.



BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO B. A. (2020). Campos de experimentação agrícola na *Escuela-Ayllu de Warisata*: reflexões sobre produtividade, trabalho e saber indígena no altiplano boliviano (1931-1940). *Oficina do historiador*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-13, jul-dez. 2020; e-ISSN: 2178-3748. Disponível em <https://revista-seletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/37907/26357>. Acesso em 05.03.2025

ARELARO, L.R.G.; CABRAL, M.R.M. (2019). Paulo Freire: por uma teoria e práxis transformadora. In: BOTO, C., ed. *Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados* [online]. Uberlândia/MG: EDUFU. ISBN: 978-65-5824-027-3. Available from: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-13.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. (1999). Lei nº 9795. Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (2007). *Caderno de educação popular e saúde*.

BRASIL. Casa Civil. (2010) Plano Nacional de Cultura. Lei 12.343, 2/12/2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria nacional de Economia Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. (2012). *Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária*. Disponível em <https://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf>. Acesso em 18/2/25.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. (2013) Portaria MS/GM nº 2.761/2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html#:~:text=2%C2%BA%20A%20PNEPS%2DSUS%20reafirma,diversidade%20de%20saberes%2C%20valorizando%20os. Acesso em 11.03.2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (2014a). *II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa*. Brasília

BRASIL. Secretaria Geral. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. (2014b). *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. (2014c). Portaria nº. 11 de 23 de maio de 2014. *Diário Oficial [da União]*, No. 98, p.26. Marco de Referência.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2023). *Educação ambiental por um Brasil sustentável*. ProNEA, marcos legais e normativos. Nadja Janke, Patrícia Fernandes Barbosa (Orgs.) 6ª ed. Brasília.

BRASIL, Secretaria Nacional de Participação Social, Secretaria Geral da Presidência da República. (2024). *Recomendações para Colegiados, Conselhos e Conferências Nacionais*.

- BRASIL do Futuro. Governo de Transição. Gabinete de Transição Governamental. (2022). Relatório final. Disponível em <https://tile.loc.gov/storage-services/service/gdc/gdcovop/2024337977/2024337977.pdf>. Acesso em 17/2/2025.
- CASTRO, V. M. V.; MELO, C.C. (2014). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea): uma proposta de avaliação em profundidade. AVAL, Revista Avaliação de Políticas Públicas, Ano 7, v. 2, nº 14. Disponível em <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/31>. Acesso em 05.03.25
- CNES. Conselho Nacional de Economia Solidária. (2012). Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária. Recomendação nº 08, de 4 de julho de 2012.
- DANDARA, L. (2022). Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina. Portal Fiocruz. Em <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>. Acesso em 15/10/24.
- DRAKE, G. E. (s/d). Referencias Históricas del Nacimiento y desarrollo de las Universidades Populares en Europa, América Latina y Argentina. Disponível em: <https://universidadespopulares.blogspot.com/p/nacimiento-y-desarrollo-de-las>. Acesso em 18/2/25
- DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, M. C. A. (2018). As Origens Movimentistas de Políticas Públicas: proposta analítica aplicada às áreas de Criança e Adolescente, Direitos Humanos e Saúde. São Paulo, Lua Nova, 105: 47-80.
- FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (s/d). Ver <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/> Acesso em 14/10/2024.
- FERNANDES, C. (2018). Amorosidade. Em STRECK, D. R. (coordenador geral) Dicionário Paulo Freire. 4ª edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora.
- FIGUEIREDO, A.G.B. e PINTO, L.F.S. (2012). Pátria Grande, Indo-américa: a integração da América Latina na obra de Haya de La Torre. Revistas USP. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82493/108490>. Acesso em 18/2/2025
- FIOCRUZ Brasília. (2023). Edital AgPopSUS. Disponível em <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2024/03/Edital-AgPopSUS.pdf>. Acesso em 16/10/24.
- FORPROEX. (2012). Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Disponível em <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 05.03.2025.
- FREIRE, P. (1967) Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- _____. (1970) Pedagogia do oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1976). Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- _____. (2001). Política e educação: ensaios. 5. Ed. São Paulo, Cortez. Coleção Questões de Nossa Época; v.23.
- _____. (2002). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOMES, L. B.; MERHY, E.E. (2011). Compreendendo a Educação Popular em Saúde: um estudo na literatura brasileira. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(1):7-18, jan.

GOMES, N. L. (2017). O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Editora Vozes.

GONÇALVES, M. S. N. (2014). UFPA. A Educação Popular na América Latina: Um Estudo Comparado do Pensamento Social de Simón Rodríguez (Venezuela, 1771-1854) e Antônio Carneiro Leão (Brasil, 1887-1966). Disponível em https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/m14_micheli.pdf. Acesso em 06.03.2025.

JACOBI, P; TOLEDO, R. F.; GIATTI, L. L. (Org.). (2019). Ciência pós normal: ampliando o diálogo com a sociedade diante das crises ambientais contemporâneas. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP.

JARA, Oscar H. (2006). Para sistematizar experiências. 2. ed., revista. Brasília: MMA (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

_____. (2020). A educação popular latinoamericana. História e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo, Ação Educativa, CEAAL, ENFOC.

HADDAD, S. (org.) (2020). Grundtvig e Freire [livro eletrônico]: Escolas populares na Dinamarca e no Brasil. São Paulo: Ação Educativa.

KUJAWA, H; MACHADO, F. V.; PINTO, R. S. (Orgs.). (2024). Participação Social em saúde e Covid-19: análise de contextos e a atuação dos Conselhos Estaduais de Saúde no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024, 340p. (Série Participação Social e Políticas Públicas, v.14).

MARCILESE, J. B. (2019). *Orígenes y evolución de la extensión universitaria*. in: La extensión en la Universidad Nacional del Sur: Orígenes y evolución (1948-2018). Editorial: Universidad Nacional del Sur.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) (2000). Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Extens%C3%A3o_universit%C3%A1ria.html?hl=pt-BR&id=BVWb5Fu_AUsC&redir_esc=y. Acesso em 05.03.2025.

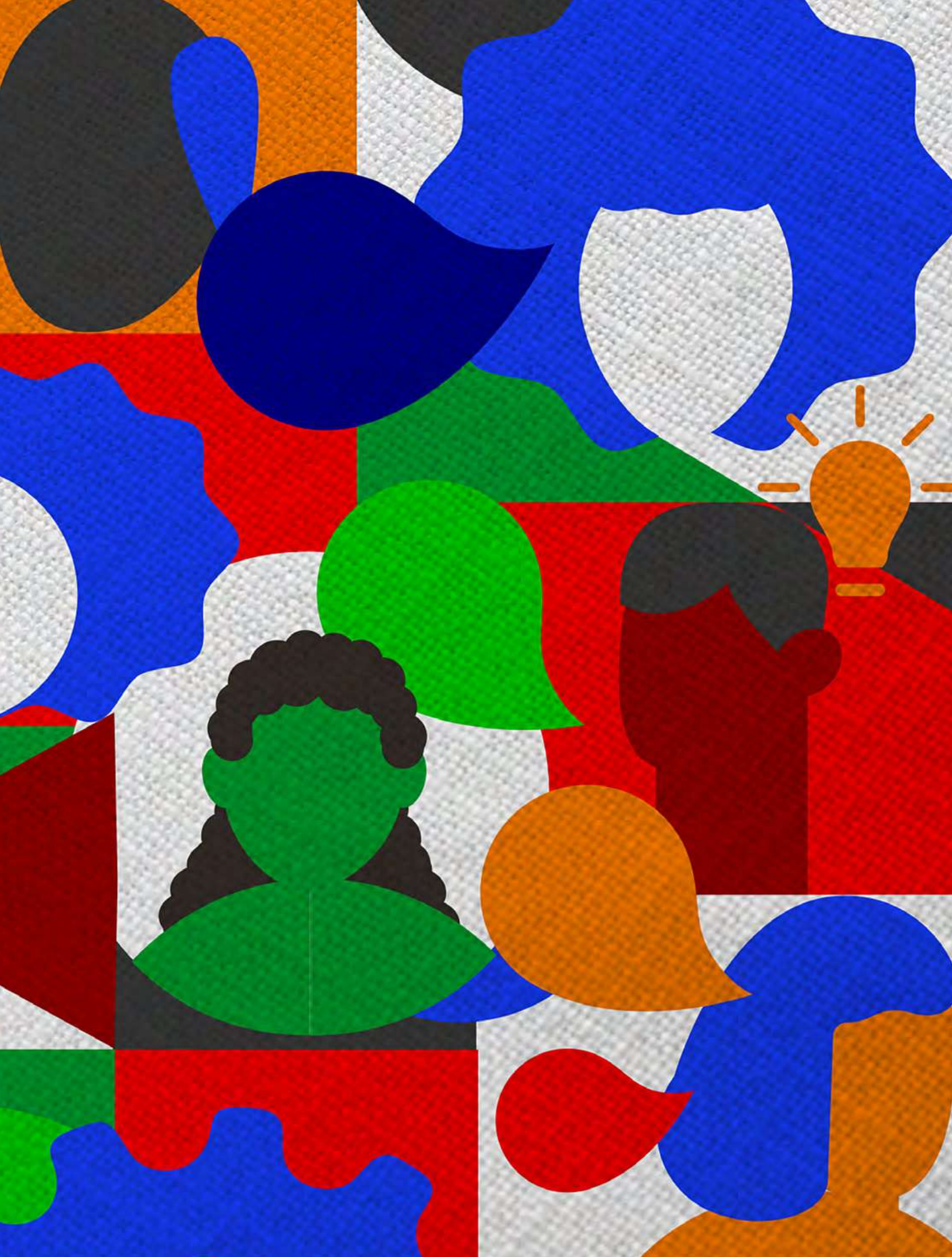
OLIVEIRA, D. e ELY, H. B. (2017). A política pública de educação em economia solidária através do CFES Sul. / Daniela de, Helena Bins Ely. – Porto Alegre: Dialogar. Disponível em <https://camp.org.br/files/2017/11/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o-CFES-Sul-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-Educa%C3%A7%C3%A3o-EcoSol.pdf>. Acesso em 10.03.2025.

PASCAL, M.A.M. (2006). A pedagogia libertária: um resgate histórico. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MS-C0000000092006000100032&script=sci_art-text. Acesso em 18/2/25.

PADILHA, A.; IULIANELLI, J. A.; BUFF, L.; CUNHA, M. (2022). As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã. São Paulo: Alameda.

PAULO, F. S. (2018). *Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

- PEDROSA, J. I. S. (2007). Educação Popular no Ministério da Saúde: identificando espaços e referências. Caderno de Educação Popular em Saúde, Brasília, Ministério da Saúde.
- PINHEIRO, B.C.S. (2023). Como ser um educador antirracista. São Paulo. Planeta do Brasil.
- PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. (2018). Ministério dos Direitos Humanos – Brasília, 3ª reimpressão, simplificada.
- PUIGGRÓS, A. (2011). *De Simón Rodríguez a Paulo Freire: Educación para la integración iberoamericana*. Buenos Aires: Colihue. Disponível em https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15365/1/puiggros_de_simon_rodriguez_a_paulo_freire.pdf. Acesso em 05.03.2025
- RECID, Rede de Educação Cidadã. (2013). Disponível em: <https://recid.redelivre.org.br/2013/10/14/linha-do-tempo-recid-10-anos>. Acesso em 10.03.2025.
- RECID, Rede de Educação Cidadã. (2017). Disponível em: <https://recid.redelivre.org.br/2017/07/25/lançamento-da-campanha-do-projeto-recidue>. Acesso em 10.03.2025.
- RÍOS EVERARDO, M. (2015). *Pedagogia Feminista Para La Equidad y el Buen Trato*. Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades, SOCIO-TAM, vol. XXV, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 123-143. Universidad Autónoma de Tamaulipas. Ciudad Victoria, México.
- RUFINO, L. (2021). Vence Demanda: educação e descolonização. Editora Mórula Editorial.
- SANTOS, C. A. (2012). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.
- SARDÁ, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes): significados e perspectivas. IPEA. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3960/1/bmt48_econ01_oitoanos.pdf. Acesso em 16/10/24.
- SILVA, Carmem S.M. Feminismo Agora! Autorreflexão e Formação política. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 463 – 492 abr./jun.2016 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em 24/07/25
- SILVA, M. A.; GODINHO, E. (2017). A construção de uma Pedagogia Feminista Latinoamericana na perspectiva da Educação Popular. Seminário Internacional Fazendo Gênero. 11 & 13th Women's World Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499344786_ARQUIVO_Trabalho-completo-MarciaeEliane.pdf. Acesso em 06.03.2025.
- STRECK, D. R.; PITANO, S. C.; MORETTI, C. Z. (2025). Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freiriano na gestão pública. Educação em Revista; No. 33, 2017. p.1-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3cgCGtgjsCZT55CcG7VR-Cqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05/2/25.
- TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Educação e Pesquisa, v. 34, n. 2, p. 227–242, mai. 2008.
- VASCONCELOS, E. (2001). Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. São Paulo, UNESP.





SECRETARIA-GERAL

